



Departamento de Ciências Sociais e Humanas

ALBERTINO JÚLIO AURORA L. F. DE PINA

A INDETERMINÇÃO DO SUJEITO EM PORTUGUÊS:
Um esboço de análise sintáctico-semântica.

Licenciatura em Letras / ECVP

UNI-CV, Junho de 2010

ALBERTINO JÚLIO AURORA L. F. DE PINA

A INDETERMINÇÃO DO SUJEITO EM PORTUGUÊS:
Um esboço de análise sintáctico-semântica.

Trabalho Científico apresentado na UNI-CV, para a obtenção do grau de Licenciado em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses, sob a orientação do Mestre Emanuel de Pina.

UNI-CV, Junho de 2010

O Júri

UNI-CV, ____/____/____

Dedicatória

À minha Rosa e ao meu querido pai, Júlio Aurora Fernandes de Pina – Djuca - (que Deus o tenha), por não ter tido a oportunidade de acompanhar a minha carreira académica e profissional. Mas, esteve sempre presente no meu espírito, encorajando-me a trabalhar arduamente e conseguir o que ele certamente desejava para mim.

Agradecimentos

Tenho muitos a quem dizer: muito obrigado!

Ao meu orientador Mestre Emanuel de Pina, por ter aceite abraçar este desafio comigo, pela paciência e sábia orientação que me deu durante a realização deste trabalho e pelo importante papel que teve na minha vida académica, desde os estudos liceais até o presente momento. Tive-o sempre como uma referência. Lembro-me de que quando estudava 10ºano, todos ficavam estupefactos quando enchia a boca para dizer: “A comunicação é fundamental e vital.” Ninguém era capaz de esquecer esta e muitas outras no teste. E isto não se devia à construção sintáctica nem ao conteúdo semântico das frases, mas sim, à eloquência com que pronunciava as palavras... Meu Mestre, são muitos os que cruzam o nosso caminho, mas poucos seguem connosco lado a lado.

À minha família, em especial à minha amada Rosa que, muito cedo, teve de enfrentar o desafio de me educar sozinha.

Aos meus amigos, pelas palavras encorajadoras e sobretudo por terem compreendido a minha ausência durante esses tempos.

Aos meus colegas que juntos labutámos, para que hoje esse objectivo fosse concretizado.

Aos meus professores pelos sábios conhecimentos que souberam transmitir, em especial aos de linguística: Dr.^a Maria de Lourdes Lima e Dr. Etelvino Garcia, os responsáveis pela minha base linguística. Meus caros, o que antes era um bicho-de-sete-cabeças, agora é uma paixão.

Àquele que não me abandonou nem por um segundo – DEUS.

A todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste sonho.

ÍNDICE

Introdução	6
Capítulo 1 - Visão genérica sobre o fenómeno da indeterminação do sujeito em Português	14
1.1. Aspectos relevantes	14
1.1.1. O conceito do sujeito	14
1.1.2. Alguns tipos de Sujeito	16
1.2. Breve referência sobre a indeterminação do sujeito em português.	25
1.2.1. Nota Prévia.....	25
1.2.2. Sujeito indeterminado	25
1.2.3. Algumas implicações sintáctico-semânticas e o contexto pragmático na análise do sujeito indeterminado.....	29
Capítulo 2 - Diferentes tipos de construção com sujeito indeterminado	34
2.1. Construções com o clítico <i>se</i> impessoal.....	35
2.2. Construções com o verbo na terceira pessoa do plural	40
2.3. Construções infinitivas (activas)	44
2.3.1. Infinitivo impessoal ou não flexionado	44
2.3.2. Infinitivo pessoal ou flexionado	45
2.4. Construções com a primeira pessoa do singular.....	50
2.5. Construções com o verbo na primeira pessoa do plural ou com a forma pronominal <i>a gente</i> (e verbo na terceira pessoa do singular)	53
2.6. Construções com o verbo na segunda pessoa do singular ou com a forma pronominal <i>você</i> (e verbo na terceira pessoa do singular)	57
2.7. Construções com expressões lexicais nominais ou pronominais impessoais, como: (a pessoa, uma pessoa, as pessoas; os gajos, os tipos ou eles (em registos informais)).	61
2.7.1. A pessoa, uma pessoa, as pessoas ou ainda algumas pessoas.....	63
2.7.2. Os gajos, os tipos ou eles (em registos informais)	63
Capítulo 3 - Considerações Finais	65
Referências Bibliográficas.....	71

Introdução

O presente trabalho tem como tema: *A indeterminação do sujeito em português: um esboço de análise sintáctico-semântica*. Enquadra-se no âmbito do Trabalho de Fim de Curso exigido pela Universidade de Cabo Verde como elemento parcial para obtenção do grau de licenciado em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses.

Propõe debruçar-se essencialmente sobre o parâmetro do sujeito indeterminado em português. O enfoque será posto, portanto, no estudo de diferentes contextos linguísticos em que ocorrem diversos tipos de sujeito indeterminado na língua portuguesa.

1. Justificação da escolha do tema

A questão da *indeterminação do sujeito* afigura-se como um tema complexo na Língua Portuguesa. É comum a mistura de critérios na sua análise, que, por vezes, se enviesa para os aspectos sintáctico-semânticos e, outras vezes, para o campo da morfossintaxe da língua. Por isso, a escolha deste tema prende-se com a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos teóricos sobre as diversas questões que se levantam sobre a indeterminação do sujeito em português.

Consideramos, por um lado, ser pertinente um trabalho sistemático sobre este assunto, pela riqueza, diversidade e complexidade das questões a analisar e também porque é uma matéria que apresenta algumas dificuldades aos alunos na sua compreensão. Por outro lado, desenvolver um trabalho no âmbito da linguística, constitui uma mais-valia para a reflexão e o ensino de questões que se levantam na própria língua.

Com este trabalho, assume-se o desafio de descrever e analisar vários contextos linguísticos em que ocorrem o sujeito indeterminado em português. Os objectivos são os que se enunciam de seguida:

2. Objectivos

2.1. Gerais:

- Desenvolver um estudo sobre o parâmetro do sujeito indeterminado em português;
- Efectuar o levantamento dos diferentes contextos linguísticos em que ocorrem os diversos tipos de sujeito indeterminado na língua portuguesa.

2.2. Objectivos específicos:

- Distinguir o sujeito indeterminado dos demais tipos de sujeito;
- Identificar e analisar os diferentes tipos de sujeito indeterminado;
- Descrever diversos contextos linguísticos ou situacionais em que ocorrem o sujeito indeterminado em português;
- Descrever e analisar diversas estruturas frásicas do português em que aparecem o fenómeno da indeterminação do sujeito.

3. Perguntas de partida

Para cumprir estes objectivos, levantámos duas questões que considerámos ser pertinentes e essenciais para o desenvolvimento desta temática:

- 1 – Quais são os fenómenos linguísticos que estão na origem da indeterminação do sujeito?
- 2 – Que aspectos sintácticos e/ou semânticos caracterizam e distinguem as diferentes construções do sujeito indeterminado em português?

4. Opções Metodológicas

A opção metodológica que se destaca fundamentalmente neste trabalho é a análise documental e bibliográfica, que consistiu em pesquisar vários documentos que ressaltam a importância do tema e que nos permitiram desenvolver e aprofundar o assunto em referência.

Mas, como suporte teórico relevante, recorreremos, entre outros, às bibliografias de autores como: Cunha e Cintra (1984), Peres e Mória (1995), Bechara (2001), Mateus *et al.* (2003) e Miguel (2006) que desenvolveram estudos sistemáticos sobre o tópico em estudo.

5. Enquadramento teórico

De acordo com Cunha e Cintra (1984), considera-se que, em termos gerais, a referência indeterminada do sujeito consiste na ausência da explicitação dos referentes discursivos envolvidos numa dada proposição¹. Normalmente, num acto discursivo, o locutor constrói pontos de referência para que o(s) seu(s) alocutário(s) possam identificar os referentes para os quais remete o discurso. Todavia, em muitos casos, tais referentes não ocorrem explicitamente determinados, sobretudo, por razões pragmáticas. Por exemplo, o enunciador pode não saber identificá-los com precisão, ou não ter interesse em fazê-lo ou ainda considerar que a sua identificação é irrelevante para os seus objectivos comunicativos – cf. a seguinte definição de Sujeito indeterminado: “o sujeito indeterminado (...) existe, mas *não se pode* ou *não se deseja* identificar.” (cf. Cunha e Cintra 1984: 130).

Segundo Bechara (2001), sujeito indeterminado é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo. A língua portuguesa moderna indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes: pondo o verbo da oração na terceira pessoa do plural, sem referência à pessoa determinada, como em (1a); empregando o pronome *se* junto a um verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito *alguém*, *a gente* ou expressão sinónima, como em (1b-c).

¹ Proposição aqui deve ser entendida como o significado de uma frase declarativa que descreve uma determinada situação (cf. a esse propósito, Faria *et al.* 1996: 336).

- (1) a) Dizem que eles vão bem.
b) Vive-se bem aqui.
c) Precisa-se de bons empregados.

A classificação do sujeito indeterminado tem suscitado algumas questões e, muitas vezes, até contradições. Destaca-se, por exemplo, as construções com o clítico *se*, no que se refere à sua classificação como partícula apassivante ou índice de indeterminação do sujeito. Veja-se a seguinte construção:

- (2) Vende-se casas ou vendem-se casas?

Sobre este tipo de construção, alguns autores, como Almeida (1999), dizem que o *se* quando acompanhado do verbo transitivo directo é uma partícula apassivante. (cf. também Terra e Nicola (1997) que afirmam que o *se* será partícula apassivante quando se junta a verbo que selecciona objecto directo, apassivando-o). E quando acompanhado de verbos de outras predicacões constitui índice de indeterminação do sujeito. Seguindo o raciocínio destes autores, a construção em (2) ficaria: *vendem-se casas* por uma questão de concordância de sujeito.

Mas, este é apenas o prelúdio das problemáticas que envolvem o sujeito indeterminado, no entanto, existem outras construções, que também suscitam algumas questões e que abordaremos ao longo deste trabalho.

O estudo do sujeito indeterminado em português é tratado de maneira muito superficial pelas gramáticas tradicionais. Estas limitam-se a afirmar que *o sujeito indeterminado é aquele que não se conhece ou não se quer identificar*, podendo ser expresso ou pela 3ª pessoa do plural dos verbos, como na frase (3a), ou pela 3ª pessoa do singular dos verbos seguida do pronome ou índice de indeterminação do sujeito *se*, como na frase (3b):

- (3) a) *Roubaram* o meu carro.
b) *Precisa-se* de empregados.

Estas são as que habitualmente são consideradas na tradição gramatical como estruturas do sujeito indeterminado. Todavia, este tipo de valor ocorre associado a um vasto conjunto de outras construções sintáticas. Por exemplo, segundo Mateus *et al.* (2003), o sujeito indeterminado pode ser expresso pelo clítico nominativo *se* acompanhado da 3ª pessoa do singular de um verbo (cf. (4a)); pela 3ª pessoa do plural de um verbo com sujeito nulo (cf. (4b)); pela 2ª pessoa do singular de um verbo em frases com interpretações genéricas (cf. (4c)).

- (4) a) *Diz-se* que o leite vai faltar.
- b) *Dizem* que o leite vai faltar.
- c) *Ajudas* sempre os amigos e apesar disso criticam-te.

De referenciar que existem muitos outros casos em que se indeterminam o sujeito em português, como os que a seguir se indicam:

1. As construções com o clítico *se*, como em:

- *Está-se bem aqui.*

2. As construções com o verbo na terceira pessoa do plural, como em:

- *Batem à porta.*

3. As construções infinitivas activas, como em:

- *Fumar mata.*

4. As construções com a primeira pessoa do singular, como em:

- *Esqueço um tumor, não esqueço uma injúria.* (Óscar Ribas 1961: 170).

5. As construções com o verbo na primeira pessoa do plural, como em:

- *Naquela loja, gastamos o dinheiro e somos mal servidos.*

E ainda outras estruturas comparáveis como:

6. As construções com o verbo na segunda pessoa do singular. Exemplo:

- *Neste país, tu pagas os impostos e és mal servido.*

7. As construções com expressões nominais lexicais genéricas ou vagas, de tipo hiperonímico, como *pessoa*. Exemplo:

- *Nesta zona, há muitos ladrões e uma pessoa tem de estar sempre atenta.*

Sobre a indeterminação do Sujeito em português, Miguel (2006) tece a seguinte consideração:

“A referência indeterminada ao argumento que se realiza tipicamente com a função de Sujeito é aquela que tem tido mais atenção na descrição gramatical. Todavia, convém salientar que a referência indeterminada – definida nestes termos gerais – pode afectar qualquer tipo de expressão argumental.”

(Cf. Miguel: 2006: 5)

Miguel (op. cit.) conclui que, em termos gramaticais, interessa destacar que a referência indeterminada pode estar associada, em português, tanto a expressões nulas (ou categorias vazias) como a expressões pronominais ou até a expressões lexicais com determinados tipos de predicados:

1. Referência indeterminada associada a expressões nulas

Incluem-se nesta categoria todos os tipos de Sujeitos subentendidos que são comumente considerados nas descrições gramaticais do português:

- (5) a) [] *Desmantelaram* uma rede de falsificação de documentos.
- b) [] *Fala-se* numa possível greve dos professores.
- c) [] *Fumar* é prejudicial à saúde.

(Miguel 2006: 6)

2. Referência indeterminada associada a argumentos pronominais

Os pronomes são expressões referenciais típicas, já que são comumente usados para identificar – dêictica ou anaforicamente – entidades concretas envolvidas na predicação. Em certos contextos discursivos, todavia, podem – à semelhança das expressões nulas – surgir associados a referência indeterminada, quer envolvendo a função de Sujeito, quer envolvendo outras funções gramaticais. Nestes casos, os pronomes estão geralmente associados a enunciados de carácter geral e remetem para entidades não determinadas. Vejam-se alguns exemplos, com várias pessoas gramaticais.

- (6) a) Poderíamos generalizar: se *eu* sou um incómodo para os outros, então *eu* devo procurar mudar as *minhas* atitudes.
- b) Se hoje *nós* não perdoamos os outros, quem *nos* perdoará amanhã?
- c) Jogar na lotaria é complicado. *Tu* pensas sempre que *te* vai sair um bom prémio e nunca *te* sai nada.

(Miguel op. cit.: 7)

3. Referência indeterminada associada a argumentos lexicais

Incluem-se nesta categoria expressões nominais que integram predicados de referência ampla ou vaga, de tipo hiperonímico, como *pessoa* ou *coisa*. Estão frequentemente associados a enunciado de carácter genérico (envolvendo alguma vagueza):

- (7) a) *As pessoas* que amam perdoam sempre.
 b) Às vezes, *uma pessoa* vê-se aflita para resolver os seus problemas.
 c) *As coisas* nem sempre correm como desejamos.

(Miguel op. cit.: ibidem)

6. Estrutura do trabalho

Em termos estruturais, afora a introdução, o trabalho integra três capítulos, a contar do capítulo 1, em que apresentaremos uma visão genérica sobre o fenómeno da indeterminação do sujeito em português, abordando nele alguns esclarecimentos sobre o sujeito, tipos de sujeito e ainda as várias aceções dos autores sobre a referência indeterminada e algumas implicações sintáctico-semânticas e o contexto pragmático na análise do sujeito indeterminado. No capítulo 2, daremos conta dos diferentes tipos de construção com sujeito indeterminado a nível sintáctico e semântico e no capítulo 3, serão sublinhadas as principais conclusões tiradas a partir dos principais tópicos abordados no decorrer dos capítulos. Por último, daremos a conhecer as bibliografias relevantes para a realização desta monografia.

Capítulo 1

Visão genérica sobre o fenómeno da indeterminação do sujeito em Português

1.1. Aspectos relevantes

1.1.1. O conceito do sujeito

Antes de nos debruçarmos sobre os tópicos que dão corpo ao tema central do trabalho, tentaremos esclarecer alguns conceitos que a ele estão inerentes. Sendo assim, começemos pelo termo *sujeito* que é definido de várias formas pelos linguistas.

O Sujeito em português não é um constituinte obrigatório, em termos de sua realização lexical na frase. Significa que o português é uma língua que fixa positivamente o parâmetro do Sujeito nulo, ao contrário de algumas línguas, como o francês e o inglês, que normalmente não fixam o sujeito argumentalmente nulo (cf. Raposo 1992, Faria *et al.* 1996 e Mateus *et al.* 2003). Convém todavia referir que se assume geralmente a existência formal do Sujeito na frase. Assim, mesmo quando este constituinte não está realizado lexicalmente, assume-se tipicamente que ele está representado formalmente por meio de uma categoria vazia.

As gramáticas tradicionais luso-brasileiras definem o sujeito como aquele que pratica a acção; ou como um sintagma nominal que indica quem ou o que protagoniza ou focaliza a acção verbal, entre muitas outras acepções, caracterizando-o sempre como elemento essencial da oração. Vejam-se estes quatro exemplos ilustrativos:

- (i) «É o termo que denota o ser a respeito de quem se faz uma declaração» (Faraco e Moura 1998: 37);
- (ii) O «ser sobre o qual se faz uma declaração» (Cunha e Cintra 1999: 89);
- (iii) “É o ser ou aquilo a que se atribui a ideia contida no predicado.” (Sacconi 1999: 332).
- (iv) A «unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação prediativa com o núcleo verbal para constituir uma oração» (Bechara, 2001: 409);

Por seu turno, Mateus *et al.* (1989)², define o sujeito como sendo:

“Relação gramatical sintáctica do constituinte que ocorre como argumento externo do predador, i.e., do argumento que ocupa uma posição externa à projecção máxima definida pelo predador” (Mateus *et al.* (1989:161)).

É importante também, nesta secção, referir os traços semânticos inerentes do Sujeito, na medida em que, como veremos adiante, algumas estratégias de indeterminação do Sujeito parecem requerer que este constituinte possua certos traços inerentes, nomeadamente o traço [+ HUMANO].

Os traços semânticos inerentes do Sujeito dependem exclusivamente do predicado que selecciona esse constituinte da frase, i. e., das suas restrições de selecção semântica relativamente ao argumento em causa. Assim, não parece haver um traço que seja distintivo ou sequer especialmente característico dos constituintes Sujeito. Se é verdade que com muitos predicados (e.g. *ler*, *reflectir*, *inferir*) os Sujeitos possuem o traço [+ HUMANO], também é

² A Gramática de Mateus *et al.* (1989) pertence às gramáticas descritivas com influências da Gramática Generativa.

verdade que com outros predicados podem ou não possuí-lo (e.g. *andar*) e, com outros ainda, não o possuem de todo (e.g. *ruir*, *grassar*); além disso, constituintes com muitas outras funções sintáticas (Objecto Directo, a função Oblíqua, etc.) podem possuir este mesmo traço. (cf. Miguel (2006)).

1.1.2. Alguns tipos de Sujeito

Nesta subsecção, basear-nos-emos essencialmente nos pressupostos dos autores Cunha e Cintra (1984) e Miguel (2006), porque são teóricos que se debruçaram sobre os mais diversos contextos da realização do parâmetro do sujeito indeterminado em português. Cunha e Cintra apresentam uma análise ampla partindo dos conceitos que se apresentam nas Gramáticas Normativas e Miguel apresenta uma reflexão e análise aprofundadas partindo não só das Gramáticas Tradicionais, mas também das Gramáticas Descritivas e de teóricos pertencentes às doutrinas da Gramática Generativa.

i. Sujeito simples

Segundo Cunha e Cintra (1984), o sujeito é simples quando tem um só núcleo, i. e., quando o verbo se refere a um só substantivo, ou a um só pronome, ou a um só numeral, ou a uma só palavra substantivada, ou a uma só oração substantiva. Vejam-se alguns exemplos:

(8) a) *Matilde* entendia disso.

(Agustina Bessa Luís, OM, 170.)

b) Estavam de braços dados, *ele* arrumava a gravata, *ela* ajeitava o chapéu.

(Érico Veríssimo, Ls, 128.)

c) *Os dois* riram-se satisfeitos.

(Luís Bernardo Honwana, NMCT, 65.)

d) Infanta, no exílio amargo,

Só o *existir*des me consola.

(Tasso da Silveira, PC, 367.)

e) Era forçoso / *que fosse assim*.

(António Sérgio, E, IV, 245.)

ii. Sujeito Composto

Cunha e Cintra (op. cit.) sugerem que é composto o sujeito que tem mais de um núcleo, ou seja, o sujeito constituído de: mais de um substantivo, mais de um pronome, mais de uma palavra ou expressão substantivada e mais de uma oração substantiva.

(9) a) As *vozes* e os *passos* aproximam-se.

(Manuel da Fonseca, SV, 248.)

b) *Ele* e *eu* somos da mesma raça.

(David Mourão - Ferreira, I, 98.)

c) Falam por mim *os abandonados da justiça, os simples de coração*.

(Carlos Drummond de Andrade, R, 148.)

d) Dir-se-ia *que o pano do palco se havia levantado e que iam surgir, pelas entradas laterais, as demais figuras da peça*.

(José Montello, LE, 108.)

Estes autores consideram ainda que outras combinações podem estar na formação do sujeito composto, sendo particularmente comum a de pronome + substantivo, ou vice-versa:

- (10) a) Éramos meu *pai* e *eu*
E um negro, negro *cavalo*.
(Vinícios de Moraes, PCP, 286.)

- b) Nem *eu*, nem aqui o *Comandante* vamos roubar-te as danças.
(Augusto Abelaria, NC, 58)

iii. Sujeito oculto (determinado)

Designado de omissso ou subentendido por Pinto (1998), é aquele, segundo Cunha e Cintra (1984), que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado. A identificação faz-se pela desinência verbal, como no exemplo (11a), pela presença de sujeito em outra oração do mesmo período ou de período contíguo, como no exemplo (11b).

- (11) a) *Ficamos* um bocado sem falar.
(Luís Bernardo Honwana, NMCT, 10.)

O sujeito de *ficamos*, indicado pela desinência *-mos*, é *nós*.

- b) *Guilhermina* bocejou. Iria adormecer? Pôs-se a calcular as horas.
(Carlos de Oliveira, CD, 115.)

O sujeito de *iria adormecer* e *pôs-se a calcular*, é *Guilhermina*, mencionado no primeiro período, antes de *bocejou*.

Estes autores sustentam ainda que pode ocorrer que o verbo não tenha desinência pessoal e que o sujeito venha sugerido pela desinência de outro verbo. Vejam-se os exemplos (12a-b):

- (12) a) Antes de comunicar-vos uma descoberta que considero de algum interesse para o nosso país, deixai que vos agradeça.

O sujeito de *considero*, indicado pela desinência -o, é *eu*, também sujeito de *comunicar*, verbo na forma infinita sem desinência pessoal.

E com o verbo na forma finita:

- b) Hoje à tardinha, acabado o jantar, enquanto esperava a chegada de João, estirei-me no sofá e adormeci.

Eu, sujeito de *estirei-me* e *adormeci*, é também o sujeito de *esperava*, forma verbal finita sem desinência pessoal.

iv. Sujeito indeterminado

Na perspectiva de Cunha e Cintra (op. cit.), algumas vezes, o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a acção, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Diz-se, então, que o sujeito é indeterminado.

Nestes casos em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado, põe-se o verbo:

(13)

- Ou na 3ª pessoa do plural:

- a) *Reputavam-no* o maior comilão da cidade.
(Ciro dos Anjos, MS, 44.)

- Ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome *se*.

- b) Ainda *se vivia* num mundo de certezas.
(Agustina Bessa Luís, OM, 296.)

-Ou ainda pelos dois processos de indeterminação num mesmo período:

- c) Na casa *pisavam* sem sapatos e *falava-se* baixo.
(Aníbal M. Machado, JT, 13.)

v. Oração sem sujeito

Cunha e Cintra (op. cit.) sugerem que oração sem sujeito não deve ser confundido com sujeito indeterminado, que existe, mas não se pode ou não se deseja identificar, com a inexistência do sujeito.

Em orações como as seguintes: *Chove. Anoitece. Faz frio.* Consideram que nos interessa o processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é impessoal e o sujeito inexistente.

Eis os principais casos de inexistência do sujeito de acordo com Cunha e Cintra (op. cit.):

(14)

- Com verbos ou expressões que denotam fenómenos de natureza:

- a) *Anoitecia* e tinham acabado de jantar.
(Érico Veríssimo, LS, 147.)

- Com o verbo *haver* na acepção de “*existir, estar*”:

- b) Na sala *havia* ainda três quadros do pintor.
(Fernando Namora, DT, 206.)

- Com os verbos *haver*, *fazer* e *ir*, quando indicam tempo decorrido:

c) Morava no Rio *havia* muitos anos, desligado das coisas de Minas.

(Ciro dos Anjos, MS, 327.)

d) *Faz* hoje oito dias que comecei.

(Augusto Abelaira, B, 133.)

e) *Vai* para uns quinze anos que escrevi uma crónica do Curvelo.

(Manuel Bandeira, PP, II, 338)

- Com o verbo *ser*, na indicação de tempo em geral:

f) *Era* por altura das lavouras.

(Agustina Bessa Luís, S, 187.)

De acordo com Miguel (2006), se atendermos ao critério formal da realização lexical ou não do Sujeito, podemos distinguir entre (i.) *Sujeitos realizados* e (ii.) *Sujeitos nulos* (ou *vazios*). Os Sujeitos realizados podem ser subdivididos por critérios léxico-sintáticos, essencialmente de tipo categorial: em (a.) *Sujeitos nominais*, em (b.) *Sujeitos oracionais* e em (c.) *Sujeitos pronominais*. Qualquer um deles pode ainda ser dividido em simples ou composto, pelo critério da presença ou ausência de um operador de conjunção copulativa (como é salientado na gramática tradicional).

i. Sujeitos realizados:

a. Nominal

(15) a) *O João* é um rapaz inteligente.

b) *O amor e a amizade* reinam no teu coração.

b. Oracional

- (16) a) *Que o governo caísse* já era previsto.
b) Vale a pena *esperar pelo amor da nossa vida*. [Sujeito extraposto]

c. Pronominal

- (17) a) *Tu e ela* foram feitos um para o outro.
b) *Quem* tudo quer tudo perde.

ii. Sujeitos Nulos:

Quanto aos Sujeitos nulos, que têm algum interesse para este trabalho (porque neste tipo de sujeito encontramos o sujeito indeterminado), a subclassificação tradicional baseia-se em critérios semânticos, distinguindo-se: (a.) *Sujeitos subentendidos*, (b.) *Sujeitos indeterminados* (o qual vai ser objecto de análise) e (c.) *Sujeitos expletivos*. (cf. Miguel 2006).

a. Subentendido

Trata-se de um Sujeito sem realização lexical, em que a identificação da referência pode ser feita – muitas vezes de forma bem precisa – por mecanismos dêicticos ou anafóricos.

- (18) a) [] *És* o meu melhor amigo.
b) O Pedro é um bom amigo. [] *Concordou* em ajudar-me.
(Miguel 2006:12)

Miguel (op. cit.) mostra que, no primeiro exemplo, há uma referência directa ao interlocutor no contexto de enunciação, ou seja, identificação dêictica; no segundo exemplo, há

referência ao indivíduo identificado anteriormente no discurso através do SN *o Pedro*, ou seja, identificação anafórica.

b. Indeterminado

Trata-se de um Sujeito sem realização lexical, em que não se identificam claramente as entidades sobre que se está a predicar. Num caso extremo, há um valor de arbitrariedade, em que se assume que a predicação se aplica indiscriminadamente a qualquer entidade (do tipo relevante), caso em que alguns autores utilizam o termo **Sujeito arbitrário** (cf. último exemplo do conjunto que se segue). (cf. Miguel op. cit.: *ibidem*).

- (19) a) [] *Dizem* que haverá greve nos próximos dias.
b) [] *Dançou-se* toda a noite.
c) [] *Fumar* mata.

c. Expletivo

Miguel (op. cit.) esclarece que se trata de um Sujeito sem realização lexical desprovido de valor semântico, isto é, que não corresponde a qualquer argumento de uma predicação. Designados como “Sujeitos inexistentes” em Cunha e Cintra (1984), também denominado “gramaticais, aparentes ou vazios” em Mateus *et al* (2003), ocorrem em frases com verbos tradicionalmente designados como “impessoais”, ou seja, aqueles que – numa acepção limitada do termo, que aqui se adopta – não seleccionam argumento externo:

- (20) a) Às vezes, [] *chove* muito, [] *escurece* de repente e [] *anoitece* rapidamente.
b) [] *Havia* muitas pessoas na manifestação.
c) [] *Faz* hoje dois anos que regressei a Lisboa.
d) [] *Parece* que amanhã [] *vai chover*.

Particularmente, sobre esses dois últimos tópicos: Sujeitos expletivo e indeterminado, que mais interessam para este trabalho, citaremos a seguinte análise feita por Miguel (op. cit.):

“Alguns autores tratam – a meu ver de forma incorrecta (ou, pelo menos, susceptível de induzir em erro) – as construções com Sujeito indeterminado e as com Sujeito expletivo como membros de uma classe geral de construções ditas *impessoais*. Por exemplo, Almeida (1999: 284 segs.) subdivide os verbos que chama de impessoais – “quando a acção não faz referência a nenhum sujeito especificado, a nenhuma causa determinada” – em dois tipos: “impessoais essenciais”, aqueles que indicam fenómenos da natureza ou meteorológicos (como *chover* ou *nevar*), isto é, que, nos termos que estou a usar, têm Sujeito expletivo; e “impessoais acidentais”, aqueles que, na sua significação usual, admitem um Sujeito referencial, mas que, em determinados contextos, se “impessoalizam” (ainda segundo o autor, estes podem ser activos, quando apresentam a forma da terceira pessoa do plural, e passivos, quando ocorrem nas construções com *se*, seja *se* impessoal ou *se* apassivante) ” (cf. Miguel 2006:13)

Miguel prossegue nas suas ilações que autores como Soriano e Baylín (1999: 1725), no âmbito da língua espanhola, “caracterizam as construções com Sujeito indeterminado como “orações impessoais eventuais”, já que, em determinados contextos, os verbos destas orações podem seleccionar um Sujeito determinado, e as construções com Sujeito expletivo como “orações impessoais naturais”, por não haver possibilidade de lhes atribuir um Sujeito com valor semântico.”

Nas perspectivas de Miguel (op. cit.), tais análises parecem ignorar um facto distintivo essencial: um Sujeito expletivo é um mero marcador formal, sem qualquer valor semântico – ou seja, “impessoal” num sentido absolutamente literal do termo; um Sujeito indeterminado pode referir (e de facto muitas vezes refere) pessoas, embora recorrendo a uma forma indeterminada ou vaga; tem, pois, conteúdo semântico e muitas vezes está associado a um argumento com o traço [+HUMANO]; não é “impessoal” num sentido literal e certamente não no mesmo sentido em que um Sujeito expletivo é impessoal. Convém, segundo Miguel, manter as duas construções bem separadas, o que tem plena justificação semântica. (Miguel op. cit.:13).

1.2. Breve referência sobre a indeterminação do sujeito em português.

1.2.1. Nota Prévia

Feitas as referências sobre a problemática de alguns tipos de Sujeito, nesta subsecção, poremos o enfoque sobre a questão do *sujeito indeterminado*. Há necessidade de esclarecer ou pelo menos, apresentar várias acepções de autores sobre este tema que, muitas vezes, tem-nos induzido a erros, principalmente a nível sintáctico. Com isso, cremos que nos estaríamos em melhores condições de perceber as diversas análises e reflexões dos autores aqui apresentadas sobre o tema em apreço.

1.2.2. Sujeito Indeterminado

O sujeito é indeterminado quando não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a acção, ou por não haver interesse no seu conhecimento, (cf. a perspectiva de Cunha e Cintra (1984)) ou ainda, quando se trata de um sujeito sem realização lexical, em que não se identificam claramente as entidades sobre o que se está a predicar. (cf. a definição apresentada por Miguel (2006)).

Na perspectiva de *Sacconi* (1999: 334), o sujeito é indeterminado, quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente. Ignora-se não só a identidade, mas também o número de agentes. Veja-se o exemplo que se segue:

- (21) a) *Roubaram* minha carteira.
- b) Marisa, *falaram* mal de você.
- c) *Trabalha-se* demais no Japão.

Como se vê, de acordo com *Sacconi* (op. cit.), indetermina-se o sujeito de duas maneiras: primeira, colocando-se o verbo na terceira pessoa do plural, sem referência ao pronome *eles* (e variação), nem a qualquer substantivo anteriormente expresso, o que o torna, este sim, um sujeito oculto, desconhecido literalmente em número e identidade, conforme os exemplos (21a-b); segunda, colocando-se o pronome *se* junto de qualquer tipo de verbo na terceira pessoa do singular, excepto o transitivo directo, como no exemplo (21c).

Para Paschoalin e Spadoto (1996: 167), o sujeito é indeterminado quando não é possível determinar que elemento da oração funciona como sujeito.

(22) a) *Pegaram* meu lápis, professor.

Ainda segundo Paschoalin e Spadoto (op. cit.: 167-168), pode-se construir o sujeito indeterminado de duas maneiras:

- Colocando-se o verbo na terceira pessoa do plural:

b) *Mandaram* os acidentados para o hospital.

- Colocando-se o verbo na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome *se*:

c) *Precisa-se* de carpinteiros.

No dizer de Faraco e Moura (1998: 38), sujeito indeterminado é aquele que, embora existindo, não se pode determinar. Ocorre em três casos: com verbo na 3ª pessoa do plural (23a); com verbo intransitivo (23b), transitivo indirecto (23c) ou de ligação seguidos do pronome *se* (23d); e quando o núcleo do sujeito é um pronome substantivo indefinido (23e).

- (23)
- a) *Ficaram* estupefactos com a notícia da morte do encantador.
 - b) *Vive-se* mal aqui.
 - c) *Trata-se* de uma morte não muito comum.
 - d) No vestibular, sempre *se fica* ansioso.
 - e) *Alguém* me indicou para o cargo de repórter.

São muitos os casos em que se indeterminam os sujeitos, no entanto, vamos dar a conhecer os que constituem objecto de análise deste trabalho e que serão desenvolvidos no capítulo 2. Estamos a referir-mo-nos a:

1. As construções com o clítico *se* impessoal.
 - *Infelizmente, ainda se morre de fome, em pleno século XXI.*
2. As construções com o verbo na terceira pessoa do plural.
 - *Já inventaram carros a hidrogénio.*
3. As construções infinitivas activas.
 - *Não é fácil abandonar um vício.*
4. As construções com a primeira pessoa do singular.

- *Montei um elefante, completaram-se-me os amigos; morreu o elefante, os amigos se me dispersaram.* (Óscar Ribas 1961: 130, apud Miguel 2006:41)³

5. Construções com o verbo na primeira pessoa do plural ou com a forma pronominal *a gente* (e verbo na terceira pessoa do singular):

- *Naquela loja, gastamos o dinheiro e somos mal servidos.*
- *Naquela loja, a gente gasta o dinheiro e não compra nada de jeito.*

6. Construções com o verbo na segunda pessoa do singular ou com a forma pronominal *você* (e verbo na terceira pessoa do singular):

- *Este país é uma desgraça: trabalhas, vives na miséria; roubas, vives no luxo.*
- *Nos Himalaias, você precisa de pelo menos dois guias para se orientar.*
[discurso publicitário]

7. Construções com expressões lexicais nominais ou pronominais impessoais, como: (i) *a pessoa, uma pessoa, as pessoas*; (ii) *os gajos, os tipos* ou *eles* (em registos informais):

(i) - *Às vezes, {a / uma} pessoa não sabe o que fazer, quando está numa aflição.*

- *As pessoas deviam ser mais sensíveis às dificuldades dos carenciados.*

(ii) - *{Os gajos / Eles} andam sempre a prometer alcatroar esta rua, mas até agora ainda não se viu nada.*

(Vide Miguel (2006:42))

Estas são as construções que darão corpo ao Capítulo 2, onde se fará uma abordagem mais desenvolvida de cada um dos subtipos de construções acima apresentados.

³ Provérbio quimbundo, cujo significado se pode parafrasear por: “quando uma pessoa tem bens, muitos amigos a rodeiam, mas quando os bens acabam, os amigos desaparecem”.

Convém salientar que os dois primeiros correspondem às estruturas tratadas tradicionalmente no âmbito da indeterminação do Sujeito (cf. *e.g.*, Cunha e Cintra 1984: 129). O terceiro subtipo é frequentemente tratado, no âmbito da Gramática Generativa, em associação à noção de Sujeito de interpretação arbitrária, ou “PRO arbitrário” (cf. *e.g.*, Raposo 1992: 334 ss.).

Quanto às formas com primeiras e segundas pessoas, e com algumas formas nominais impessoais, que não são tradicionalmente referidas no âmbito da referência indeterminada, debruçar-nos-emos em autores como, Peres e Mória (1995), Mateus *et. al* (2003), Miguel (2006) e outros que abordam essas construções.

Mas, antes disso, vejamos na subsecção que segue, as questões/polémicas que envolvem algumas das construções acima referidas e que, analisaremos ao longo do Capítulo 2, de acordo com posições teóricas de diferentes autores.

1.2.3. Algumas implicações sintáctico-semânticas e o contexto pragmático na análise do sujeito indeterminado.

A questão do sujeito indeterminado é complexa, assim como, muitas vezes, temos dificuldade em decidir se determinada construção frásica é permitida ou não, assim também nem sempre é fácil classificar o sujeito como sendo indeterminado ou não. Sendo assim, nesta subsecção veremos as posições de alguns autores face a algumas definições apresentadas sobre a indeterminação do sujeito e que, segundo o ponto de vista deles suscitam algumas interrogações.

Começemos por esta definição de Sacconi (1999: 334): “o sujeito é indeterminado – quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente. Ignora-se não só a identidade, mas também o número de agentes.”

Lopes (2006) levanta algumas questões sobre esta acepção de sujeito indeterminado apresentada por Sacconi. Considera que afirmar que ocorre sujeito indeterminado quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente é um argumento contraditório e complicador para a sua compreensão, uma vez que em orações do tipo (24), a

identidade do sujeito também é desconhecida ou escondida, mas nem por isso o sujeito dessa oração é classificado como indeterminado, ao contrário, o sujeito da oração é determinado sintacticamente, sendo marcado pelo pronome indefinido *Alguém*. O que ocorre nesse caso é a mistura de critérios na classificação do sujeito, ora encarado do ponto de vista sintáctico, ora semântico-pragmático.

(24) a) *Alguém* roubou sua carteira.

b) *Alguém* estava gritando.

Para esclarecer melhor essa situação, a autora recorre a outras definições em que alguns puristas também parecem contradizer-se. A título exemplificativo, Luft (1996: 25), *apud* Lopes (2006) diz “na oração de sujeito indeterminado, há um sujeito (agente humano) que por não poder ou não querer, não se declara.” Depois o mesmo autor escreve “é má técnica gramatical considerar os pronomes indefinidos como sujeitos indeterminados, confundindo-se sintaxe e semântica”.

Lopes (op. cit.) considera que o próprio Luft (op. cit.) está a fazer uma confusão entre dados da sintaxe e os da semântica, pois primeiro diz que “na oração de sujeito indeterminado há um sujeito (agente humano) que por não poder ou não querer, não se declara”, contudo em orações como (24) o autor admite a presença do sujeito *Alguém*. Do ponto de vista semântico, é um sujeito que não se declara, logo indeterminado, embora considerado sujeito simples pelo autor, que desta forma admite a determinação do sujeito numa análise sintáctica, uma vez que o termo que exerce a função de sujeito concorda com a forma verbal. É exactamente aí que os próprios conceitos contraditórios do autor causam a confusão da sintaxe com a semântica.

Para desfazer a confusão e a contradição dos conceitos de Luft, Lopes (op. cit.) diz que o mesmo deveria ter dito que “na oração de sujeito indeterminado *não se identifica*, por não poder ou não querer, o *elemento linguístico* da oração que exerce a função de sujeito.”

Assim, o autor teria utilizado o critério meramente sintático-estrutural na sua análise, desfazendo a contradição aparente. Faz-se relevante atentar para o fato de que uma análise puramente estrutural não se faz coerente, já que o ensino da gramática deve ser fundamentado. Não se ensina gramática, somente para que o aluno saiba de cor e salteado as mais diversas classificações, mas sim para que com um conhecimento sintático, sem detrimento do semântico-pragmático ele consiga comunicar-se. (cf. Lopes (2006)).

Observemos o seguinte exemplo:

(25) A cadeira comeu a mesa.

Do ponto de vista meramente sintático, a oração acima está perfeita, porém o que faz com que a mesma esteja “errada” é justamente o conteúdo semântico, pois uma *cadeira* não pode comer uma *mesa*. Assim, esta frase é incoerente se levarmos em conta os critérios semântico-pragmáticos da língua, tornando-se, embora sintacticamente perfeita, incompreensível ao usuário da língua.

“Então, pensar num ensino que utilize o critério somente sintático em detrimento da carga semântico-pragmática torna a aprendizagem improdutiva, senão totalmente ineficaz, já que a razão precípua de usar uma língua é a boa comunicação”, conclui Lopes (op. cit.).

A propósito das definições apresentadas por *Sacconi* (1999: 334), *Faraco e Moura* (1998: 38) e *Paschoalin e Spadoto* (1996: 167), em que são unânimes em afirmar que a primeira das maneiras de se indeterminar o sujeito é colocar o verbo na terceira pessoa do plural, a autora faz o seguinte comentário:

«É relevante advertir, portanto, sobre os problemas do ensino/aprendizagem meramente de estruturas sem um contexto, pois analisar uma oração isolada, fora de um contexto pode ocasionar interpretações equivocadas. Observe o seguinte exemplo:

(26) *Falaram* mal de você.

Em situações do tipo, o sujeito dessa oração pode ser perfeitamente classificado como determinado, pois a desinência do verbo permite concluir que existe um sujeito na terceira pessoa do plural (Eles/Elas). Logo, o que vai determinar se o sujeito dessa oração é determinado ou indeterminado é o contexto semântico-pragmático no qual ela foi utilizada.»

Vejamos agora as construções com clítico *se*. Observe os exemplos:

(27) a) *Vende-se* jornais.

b) *Promove-se* eventos.

Segundo as gramáticas normativas, as construções acima estão erradas, logo deveriam ser:

(28) a) *Vendem-se* jornais. (sendo jornais sujeito da oração)

b) *Promovem-se* eventos. (sendo eventos sujeito da oração)

Porém, no entender de Lopes (op. cit.), quando o falante constrói esse tipo de oração, usando o verbo no singular, ele usa a sua intuição gramatical internalizada, para de facto indeterminar o sujeito da oração, pois o falante que produz um enunciado como (27a), não tem como intenção identificar que o elemento gramatical que funciona como sujeito da oração é *jornais*, ao contrário, a intenção (gramática intuitiva) dele é de facto indeterminar qual o elemento gramatical que funciona como sujeito e enfatizar a acção expressa pelo verbo *vender*.

Sobre este assunto abordaremos mais a frente, na secção 2.1. do Capítulo 2 - Construções com o clítico *se* impessoal, onde tentaremos esclarecer a problemática que envolve este clítico.

Outro aspecto a ser ressaltado por Lopes é que muitos autores como os acima analisados não tomam como marca de sujeito indeterminado a presença do verbo infinitivo dito “impessoal” como em:

(29) *Navegar é preciso, viver não é preciso.* (F. Pessoa)

Provavelmente, a omissão de tal característica deve-se à confusão de critérios bastante comum na descrição convencional da Língua. No exemplo acima, nota-se a perfeita concordância entre os elementos linguísticos que exercem a função de sujeito expressa pelos verbos infinitivos impessoais *navegar* e *viver* e os respectivos verbos do predicado *preciso*. Assim, de acordo com o critério sintáctico, o verbo infinitivo impessoal exerce plenamente o papel de sujeito. Apesar disso, pelo critério semântico-pragmático, além do carácter discursivo da Língua, tal apropriação do verbo como sujeito seria incoerente, já que ele não estaria apresentado como algo ou alguém do qual se informa algo na lógica do falante. (Lopes (2006)).

Em suma, para se fazer uma análise sensata, deve-se estabelecer qual o critério a ser utilizado. Porém, sem se esquecer que, mesmo que o critério utilizado seja o sintáctico, deve-se levar sempre em consideração a carga semântica e o contexto pragmático em que tal construção foi utilizada. E isso não é confusão de critérios, mas sim a utilização de um recurso de extrema relevância para uma análise coerente da língua, que preconiza não só a estrutura, mas também o bem comunicar.

Capítulo 2

Diferentes tipos de construção com sujeito indeterminado

No presente capítulo, apresentaremos as diferentes estratégias de indeterminação do Sujeito em português europeu⁴, que se traduzem em diferentes tipos de construções sintáticas. A abordagem será baseada na descrição dos aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmáticos dessas construções. Geralmente, são referenciadas nas gramáticas apenas as construções com o verbo na terceira pessoa do singular acompanhado do clítico *se* e/ou com o verbo na terceira pessoa do plural. Não são muitos os autores que apresentam um terceiro caso de indeterminação do sujeito em português, isto é, com a 2ª pessoa do singular, com o pronome indefinido *alguém* ou outras construções. Mateus *et al.* (2003) é das poucas gramáticas em que se encontram referências a um terceiro caso de sujeito indeterminado expresso pela 2ª pessoa do singular de um verbo em frases com interpretações genéricas. Veja-se o exemplo que se segue:

- (30) *Ajudas sempre os amigos e apesar disso criticam-te.*

A par de Mateus *et al.* (op. cit.), podemos encontrar, Faraco e Moura (1998: 38) que apresentam um terceiro caso de indeterminação do sujeito, porém em situação diferente, quando o núcleo do sujeito é um pronome substantivo indefinido:

- (31) *Alguém me indicou para o cargo de repórter.*

⁴ Em algumas construções recorreremos a variante brasileira (PB), de forma a melhor ilustrar as construções que ocorrem com pouca frequência no português europeu.

Mas, já os autores Cunha e Cintra (1986)⁵, Sacconi (1999), Paschoalin e Spadoto (1996), apresentam, apenas as construções com o verbo na terceira pessoa do singular acompanhado do clítico *se* e/ou com o verbo na terceira pessoa do plural. Vejam-se os exemplos que seguem, repetidos aqui por facilidades de exposição:

- (32) a) *Reputavam-no* o maior comilão da cidade. (Cunha e Cintra)
b) Ainda *se vivia* num mundo de certezas. (Cunha e Cintra)
c) Roubaram minha carteira. (Sacconi)
d) Trabalha-se demais no Japão. (Sacconi)
e) *Mandaram* os acidentados para o hospital. (Paschoalin e Spadoto)
f) *Precisa-se* de carpinteiros. (Paschoalin e Spadoto)

Contudo, há muitos outros casos em que se indeterminam o sujeito em português, procuraremos neste capítulo dar a conhecê-los e fornecer mais elementos para que se possa clarificar algumas questões que a indeterminação do sujeito suscita.

2.1. Construções com o clítico *se* impessoal

As construções com o clítico *se* são as que geram mais polêmicas e confusões na sua análise. No Capítulo 1, na secção 2.3. apresentámos algumas controvérsias que este clítico provoca e retomamos aqui para fornecer mais elementos de análise. As controvérsias estão relacionadas com a classificação que se deve dar à partícula *se* e com a possibilidade de o sujeito estar ou não indeterminado. Vejam-se os exemplos que se seguem:

⁵ Atenção! Cunha e Cintra (1986), apresenta um terceiro caso, mas com os dois processos de indeterminação ocorrendo num mesmo período. Por ex: Na casa *pisavam* sem sapatos, e *falava-se* baixo.

(33) a) Vende-se casas ou vendem-se casas?

b) Concerta-se sofá.

c) Precisa-se de funcionários.

d) Vive-se bem nesta casa.

e) Está-se feliz aqui.

Em enunciados como (33), a posição das gramáticas normativas é bastante categórica: ou o *se* deverá ser classificado como uma *partícula apassivante* (quando acompanhado de verbo transitivo directo, tendo, nesse caso, o sujeito definido simples, que deverá concordar com o verbo que se encontra na voz passiva sintética ou pronominal) ou *índice de indeterminação do sujeito* (quando acompanhado de verbos intransitivos, transitivos indirectos ou de ligação, que deverão sempre ser empregados na terceira pessoa do singular). Um dos maiores problemas para esse tipo de análise é o aparecimento de construções como (33a). Embora a gramática normativa considere enunciados desse tipo como agramaticais, eles aparecem com uma frequência tão grande, que são quase categóricos nas normas populares e muitíssimo recorrentes nas variedades consideradas cultas do português, conforme apontam as pesquisas de Nunes (1991), Monteiro (1994) e Bagno (2000).

Mas vejamos as posições dos autores sobre este clítico, que poderão servir-nos para elucidarmos algumas questões.

O *se* impessoal ocorre geralmente em estruturas com Sujeito indeterminado, isto é, naquelas construções em que o «verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a acção, ou por não haver interesse no seu conhecimento» (Cunha e Cintra (1984: 129)). As construções com o clítico *se* impessoal, concebidas como estratégias de Sujeito indeterminado, caracterizam-se, fundamentalmente, pela ocorrência do clítico pronominal *se*, ligado a uma forma verbal da terceira pessoa do singular, estabelecendo a indeterminação do argumento externo, com função sintáctica de Sujeito. Isto é, este clítico só ocorre com verbos na terceira pessoa do singular. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (34) a) *Fala-se* num possível aumento salarial em 2010.
b) Quando *se está* entre amigos, *está-se* bem.
c) Não *se desabotoa* as calças em público.

No entanto, alguns falantes mais conservadores contestam a aceitabilidade das construções em que este clítico é combinado com os verbos que seleccionam um Objecto Directo (OD), isto é, com os verbos transitivos directos. Almeida (1999) afirma que em construções deste tipo, com verbo transitivo, o verbo deve concordar com o constituinte que está na posição de objecto à sua direita, uma vez que nestes casos o clítico *se* tem valor apassivante. Segundo esta perspectiva, a frase (34c) deveria ser:

- (35) Não *se desabotoam* as calças em público.

Acrescenta que se usa o verbo sempre no singular, se não se tratar de um verbo transitivo directo. Diz Almeida (op. cit.) que se emprega a voz passiva com os verbos intransitivos e transitivos indirectos para indicar impessoalidade, isto é, para indeterminar o sujeito do verbo, ficando o verbo sempre no singular. Dá como exemplos as seguintes frases:

- (36) a) No Rio de Janeiro *passeia-se* muito.
b) *Precisa-se* de costureiras.

Na perspectiva de Peres e Moia (1995), ambas as construções (34c e 35) são aceitáveis, embora se possa preferir uma ou outra por razões estilísticas. Argumentam que esta posição resulta de dois factores: por um lado a aceitação generalizada por parte dos falantes que o uso do clítico impessoal com verbos transitivos parece ter; por outro lado, o facto de não julgarem haver razões — estruturais ou semânticas — para aceitar a construção com o clítico impessoal nuns casos e rejeitá-la noutros.

Consideram assim que as duas construções estão correctas, sendo o valor do clítico *se* diferente em cada um delas. Na frase (34c), o clítico *se* tem valor impessoal; na frase (35), o *se* tem valor apassivante. O *se impessoal* indica indeterminação do sujeito, e o verbo que o acompanha é sempre singular, não tendo de concordar com nenhum outro elemento da frase; ao passo que o verbo que acompanha o *se apassivante* concorda em número com o seu argumento interno (neste caso, *as calças*).

Formalmente, as construções com *se* impessoal são consideradas “activas”, morfológica e sintacticamente, dado que apresentam a forma verbal na voz activa e têm como Sujeito um argumento externo, representado pelo próprio clítico *se* (ou, dependendo da análise, pelo clítico *se* associado a uma categoria vazia). Na literatura produzida no âmbito da Gramática Generativa, tem-se considerado que o clítico impessoal está associado à posição de Sujeito e absorve o caso nominativo, razão pela qual é designado por “*se nominativo*”⁶.

Miguel (2006) considera que numa perspectiva semântica, as construções com *se* impessoal também são consideradas como “activas”, visto que há normalmente um Agente ou um Causador ou, por vezes, um Experienciador sobre o qual é feita uma predicação, embora tal argumento seja referido de forma indeterminada ou ‘arbitrária’.

Miguel acrescenta que no plano semântico, as construções de Sujeito indeterminado com *se*, podem ocorrer quer em frases com uma leitura existencial (ou episódica), quer em frases com uma leitura genérica, leitura essa que depende, em grande medida, do valor aspectual do verbo e de outros elementos gramaticais presentes na frase. Assim, uma construção com *se* impessoal está associada a uma leitura existencial (ou episódica) em frases como as que a seguir se indicam que apresentam uma forma verbal com aspecto perfectivo:

(37) a) Na biblioteca da Faculdade, *estudou-se* tranquilamente.

b) *Pensou-se* no fomento da actividade agrícola para promover a economia.

(Miguel 2006:45)

⁶ Matos e Duarte (1985: 335), seguindo Beletti (1981), apud Miguel (2006), afirmam que, «no quadro da TRL, tem sido defendido que o *se* “impessoal” se caracteriza por ser basicamente engendrado em FLEX e absorver o caso e a relação temática atribuídos à posição estrutural de Sujeito de F». Sobre a designação “*se nominativo*”, veja-se ainda Mateus *et al.* (2003: 445).

Estas frases remetem para Sujeito não especificado, mas que pode ser interpretado, em termos muito gerais, a partir da existência de ‘pelo menos um indivíduo’ ou ‘alguém’, sobre quem se predica, traduzindo uma situação episódica, conforme se pode verificar nas seguintes paráfrases:

- (38) a) Na biblioteca da Faculdade, *alguém estudou* tranquilamente.
b) *Alguém pensou* no fomento da actividade agrícola para promover a economia.

Por outro lado, as construções com *se* impessoal podem estar associadas a frases com interpretação genérica, como nos exemplos que se seguem, com um valor aspectual imperfectivo, associado ao Presente do Indicativo:

- (39) a) Na biblioteca da Faculdade, *estuda-se* tranquilamente.
b) Em Angola, *pensa-se* agora no bem-estar social.
(Miguel op. cit.:46)

Nas paráfrases destas frases, o valor do Sujeito é mais fielmente traduzido por um Sintagma Nominal com pronomes indefinidos ou com quantificação universal, como *todos*, *toda a gente*, *as pessoas*, *qualquer pessoa* ou formas afins. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (40) a) Na biblioteca da Faculdade, *qualquer pessoa estuda* tranquilamente.
b) Em Angola, *todos pensam* agora no bem-estar social.

Miguel (op. cit) diz que existem, na realidade, algumas restrições à combinação do clítico *se* impessoal com certos subtipos específicos de verbos, ou seja, há certos contextos sintácticos que bloqueiam o uso do clítico *se* impessoal. Por exemplo em algumas estruturas com verbo no infinitivo não flexionado e interpretação arbitrária:

- (41) a) */? *Fumar-se* muito faz mal à saúde.
b) (?) É difícil *jogar-se* bem quando há muita pressão.

Conclui afirmando que a ocorrência do clítico impessoal, em construções infinitivas, reveste-se de grande complexidade, constituindo uma das áreas sensíveis da língua portuguesa. Note-se que todas estas estruturas já envolvem uma referência indeterminada ao argumento externo, mesmo sem a presença do clítico impessoal, pelo que a sua utilização é redundante (embora nem sempre fonte de agramaticalidade). Nos casos aceitáveis, estamos pois, perante uma estratégia ‘dupla’ de indeterminação do Sujeito: uso de infinitivo impessoal e presença de clítico impessoal.

2.2. Construções com o verbo na terceira pessoa do plural

Uma das formas de indeterminar o sujeito em português, apresentado por vários autores, é por os verbos na 3ª pessoa do plural sem que se refira a nenhum termo identificado anteriormente (nem em outra oração). (Cf. as definições do sujeito indeterminado de Cunha e Cintra, Sacconi, Faraco e Moura, entre muitos outros). Por exemplo Sacconi, considera que uma das maneiras de indeterminar o sujeito é, colocando-se o verbo na terceira pessoa do plural, sem referência ao pronome *eles* (e variação), nem a qualquer substantivo anteriormente expresso, o que o torna, este sim, um sujeito oculto, desconhecido literalmente em número e identidade:

- (42) a) *Procuraram* você por todos os lugares.
b) *Estão pedindo* seu documento na entrada da festa.

A abordagem das gramáticas é normalmente mais formal que semântica, já que a ênfase é colocada na ausência do pronome Sujeito (*eles*), não se destacando suficientemente as implicações semânticas e pragmáticas associadas a este fenómeno sintáctico.

No que respeita a aspectos formais, importa salientar uma diferença entre a estratégia de indeterminação do Sujeito com o verbo na terceira pessoa do plural e as estratégias que recorrem às outras pessoas gramaticais. Esta diferença, comentada por Soriano e Baylín (1999: 1739, *apud* Miguel 2006), consiste na impossibilidade de realização fonética do pronome Sujeito. Enquanto, por exemplo, com a terceira pessoa do singular, o Sujeito indeterminado está associado a um clítico (*se*), e, com a segunda do singular, pode estar (opcionalmente) associado a um pronome realizado (*tu*), com a terceira pessoa do plural, na construção indeterminada, o Sujeito tem de ser estritamente nulo. Assim, a realização explícita da forma pronominal nominativa *eles*, em frases como (43), implica tipicamente a perda da interpretação indeterminada:

- (43) a) *Eles batem* à porta.
b) *Eles dizem* que as propinas vão baixar.

Com a adição do pronome, sai-se de um contexto de indeterminação do Sujeito e passa-se para uma situação de Sujeito determinado, que envolve um conjunto concreto de entidades. A pluralidade semântica do Sujeito é assinalada pelo traço morfológico do pronome pessoal, em concordância com a forma verbal (ambos plurais). Em contraste, nas construções indeterminadas, o traço de pluralidade, marcado na morfologia verbal, é puramente formal, já que estas construções não implicam necessariamente que o Sujeito represente mais de uma entidade. Vejam-se as seguintes sequências discursivas, ambas coerentes:

- (44) a) Batem à porta. Será *a Ana*?
b) Batem à porta. Serão *as crianças*?

A propósito ainda da impossibilidade de realizar foneticamente o Sujeito nas construções indeterminadas com a terceira pessoa do plural, Mória (1992) afirma que em registos informais

(orais) do português europeu, surge por vezes um pronome *eles* de carácter indeterminado, usado frequentemente para referir um determinado grupo detentor de poder, como, por exemplo, os políticos ou as autoridades em geral. Veja-se os exemplos que se seguem:

- (45) a) *Eles* andam sempre a mudar as leis.
 b) *Eles* querem que o país progrida, mas não fazem nada para isso.
 c) *Eles* andam sempre a arranjar esta estrada, mas há cada vez mais buracos.

Na perspectiva de Mória (op. cit.), em (45a-b), o pronome pessoal *eles*, faz referência aos políticos e em (45c) faz referência às autoridades responsáveis pela conservação das estradas. Portanto, semanticamente o pronome *eles*, nos exemplos apresentados tem um sentido indeterminado.

De acordo com Miguel (2006), um outro aspecto formal a considerar nestas estruturas é que a interpretação de referência genérica indeterminada está exclusivamente associada ao constituinte com a função sintáctica de Sujeito. Todavia, isso não significa que não seja possível usar nestas construções formas pronominais que impliquem a indeterminação de outros constituintes. Começemos por verificar frases sem indeterminação do Sujeito e com indeterminação de complementos directos ou de complementos de nome associadas a formas pronominais – de **interpretação genérica indeterminada** – da primeira pessoa do plural, em (46a), e da segunda pessoa do singular, em (46b), destacadas a *itálico*. Note-se que a indeterminação dos constituintes em causa está intrinsecamente associada, nestes casos, ao carácter genérico da predicação no seu todo.

- (46) a) *A nossa* cabeça, quando não regula bem, *leva-nos* a cometer loucuras.
 b) Numa guerra civil, se os rebeldes *te* capturam, *cortam-te* a cabeça.

Entretanto, vejamos uma combinação do tipo de indeterminação presente nas frases de (46) com o tipo de indeterminação de Sujeito discutido nesta secção (i.e., com formas de terceira pessoa do plural):

- (47) a) Às vezes, *dizem-nos* coisas que *nos* *levam* a cometer loucuras.
b) Em qualquer guerra civil, se *te* *capturam*, *cortam-te* a cabeça.

Faz-se notar, segundo Miguel (2006), que há, nestas frases, duas formas de indeterminação: uma, associada à forma verbal da terceira pessoa do plural, e outra associada às formas pronominais de primeira e segunda pessoa. Pragmaticamente, as duas formas de indeterminação são bem distintas: a primeira envolve, um distanciamento do enunciador, isto é, a propriedade relevante (*dizer, levar, capturar, cortar*) aplica-se a um grupo de entidades que é indeterminado mas que não envolve o enunciador; a segunda, pelo contrário, sugere um envolvimento directo do enunciador: em (47a), ele pode ser objecto das acções de *dizer* e *levar* (“a cometer loucuras”), enquanto elemento de uma generalidade indeterminada de pessoas, simbolizada no pronome *nos*; em (47b), há uma referência formal directa ao interlocutor, mas, como a predicação é genérica, assume-se que as propriedades relevantes se aplicam a qualquer entidade, incluindo ao enunciador – cf. a naturalidade da seguinte intercalação: *se te capturam – a ti*, ou *a mim*, ou *a qualquer pessoa – cortam-te a cabeça*.

Entretanto, convém notar que formas pronominais de terceira pessoa (ao contrário das de primeira e segunda) não parecem poder ter este tipo de interpretação genérica:

- (48) a) Às vezes, *dizem-lhes* coisas que *os* *levam* a cometer loucuras.
b)? Em qualquer guerra civil, se *o* *capturam*, *cortam-lhe* a cabeça.

Ainda no que respeita à caracterização gramatical das construções indeterminadas com a terceira pessoa do plural, importa referir que, à semelhança das construções com *se* impessoal, parece haver compatibilidade com todas as grandes classes sintácticas de verbos: intransitivos, transitivos (directos e indirectos), copulativos e transitivo-predicativos.

Finalmente as predicações associadas a construções indeterminadas com terceira pessoa do plural expressam normalmente atitudes ou actividades humanas (isto é, formalmente, o Sujeito

indeterminado das construções com terceira pessoa do plural parece estar sistematicamente associado ao traço [+ HUMANO]) – cf. exemplos acima.

2.3. Construções infinitivas (activas)

Tradicionalmente, o infinitivo é classificado como uma “forma nominal” do verbo, a par do gerúndio e do particípio passado. Citando Cunha e Cintra (1984), caracteriza-se à semelhança do gerúndio e do particípio passado, por não poder exprimir por si nem o tempo nem o modo. O seu valor temporal é modal está sempre em dependência do contexto em que aparece. Apresenta o processo verbal em potência; exprime a ideia da acção, aproximando-se, assim, do substantivo:

(49) *Sofrer* por sofrer, somente eu sofria.

O português possui duas formas de infinitivo:

2.3.1. Infinitivo impessoal ou não flexionado

– O **infinitivo impessoal** ou **não flexionado**, que se caracteriza pela ausência de desinências de pessoa e número e ocorre sistematicamente com Sujeitos nulos, que semanticamente podem ser expletivos, indeterminados, ou subentendidos. (cf. Miguel 2006).

- (50) a) [] *Chover* pouco significa [] *haver* um mau ano agrícola.
b) Não é fácil [] amar um inimigo.
c) Era bom que eles tivessem dinheiro para [] *ir* de férias à Austrália.

Dentro da tradição gramatical, há unanimidade entre os gramáticos quanto ao facto de que o verbo no infinitivo impessoal “não faz referência a qualquer sujeito, exprime a acção de modo vago, à maneira do substantivo” Bechara (1999:244), “não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical” Cunha e Cintra (op. cit.), em oposição ao infinitivo pessoal, que tem sujeito próprio e pode ou não flexionar-se:

(51) a) *Viver é exprimir-se.*

(Gilberto Amado, TL, 9.)

b) *Jurar falso é grande crime.*

(Aquilino Ribeiro, V, 415.)

c) *Amar os homens é sempre uma alegria dolorosa.*

(Luadino Vieira, NM, 135.)

d) Há decisões fáceis de *manter*, lembranças difíceis de *afastar*.

Um exame da estrutura argumental dos verbos *amar*, *manter* e *afastar* nos exemplos de (51c-d) revela que cada infinitivo não flexionado selecciona um argumento externo e um interno e que o argumento externo, que realiza a função de sujeito gramatical dessas orações, está indeterminado (x amar os homens, x manter decisões, x afastar lembranças).

2.3.2. Infinitivo pessoal ou flexionado

– O **infinitivo pessoal** ou **flexionado**, que possui desinências de pessoa e número e – ao contrário do infinitivo não flexionado – pode ocorrer com Sujeitos realizados, como em (52a); naturalmente, estas formas infinitivas também podem estar associadas a Sujeitos nulos, em especial de tipo subentendido, como em (52b):

- (52) a) Era bom [a Ana] *ouvir* os conselhos dos outros.
b) Era bom [] *termos* dinheiro para [] *irmos* de férias à Austrália.

De acordo com Raposo (1987), a oração do infinitivo flexionado em português europeu só surge em posições estruturais em que a própria oração (ou melhor, a categoria Concordância da Flexão da oração subordinada) tem acesso a caso que lhe é atribuído por uma dada categoria. Nas orações que são adjunto à oração subordinante, é a própria preposição ou locução prepositiva (até, antes de, depois de) que atribui caso ao seu complemento oracional e nessas condições a concordância na oração encaixada tem ela própria condições de atribuir nominativo ao SN sujeito.

No entanto, nesta subsecção, considerar-se-ão apenas as construções com a forma não flexionada do infinitivo. Embora Cunha e Cintra (1986) apresente um terceiro caso do infinitivo na forma flexionada que envolve o sujeito indeterminado, “quando, na 3ª pessoa do plural, indica a indeterminação do sujeito”:

- (53) a) Ouvi *dizerem* que Maria Jerona, de todas a mais impressionante, pelo ar desafrontado e pela pintura na cara, ganhara o sertão.
(Gilberto Amado, HMI, 143.)

b) O culpado de tudo é aquele tal de Doutor Reinaldo. Porque não deixou *levarem* a sujeita para o Recife?
(José Conde, TC, 247.)

Em conformidade com o tema deste trabalho, centralizámos a nossa atenção nas estruturas com Sujeito indeterminado, isto é, aquelas em que o infinitivo impessoal identifica uma situação que não envolve qualquer entidade específica no papel semântico relevante, associado à função de Sujeito. São exemplos destas estruturas, as frases de (50) acima, com Sujeitos que alguns

autores designam – em particular no âmbito da sintaxe generativa – como “de referência arbitrária”. Consideremos mais alguns exemplos deste tipo:

- (54) a) [] *Fumar* mata.
b) [] *Escrever* um livro é como [] *gerar* um filho.
c) É duro [] *viver* longe da família.

Semanticamente, o que se quer dizer com o termo **referência arbitrária** é que na proposição não é feita qualquer restrição sobre as entidades que se está a predicar (além das que resultam das propriedades de selecção semântica do predicado, como e.g. ser-se humano). Assim, tipicamente, estas frases são susceptíveis de paráfrases com expressões de carácter expressamente arbitrário, como *quem quer que seja* ou *qualquer pessoa*. Vejam-se as seguintes possibilidades para as três frases acima, respectivamente: “é verdade para qualquer pessoa que (essa pessoa) fumar mata (essa pessoa)”, “é verdade para qualquer pessoa que (essa pessoa) escrever um livro é como (essa pessoa) gerar um filho”, “é duro para quem quer que seja (essa pessoa) viver longe da família”. Podemos talvez considerar que o **Sujeito arbitrário** é um tipo especial de Sujeito indeterminado, onde a indeterminação é máxima, por assim dizer. Todavia, importa salientar que podemos ter indeterminação sem ter interpretação arbitrária, como por exemplo na frase episódica com o verbo na terceira pessoa do plural *batem à porta*, ou, como veremos adiante, nalgumas frases com infinitivo impessoal. (cf. Miguel 2006).

As construções infinitivas com Sujeito arbitrário, como as de (54), caracterizam-se pelo uso do infinitivo impessoal, uma forma nominal do verbo sem quaisquer marcas de flexão temporal. Aliás, segundo alguns autores, a ausência de valores temporais é uma característica distintiva deste tipo de estruturas. Por exemplo, para Soriano e Baylín (1999: 1728 *apud* Miguel 2006), «a ausência da flexão temporal tem como consequência mais importante o carácter sentencioso das orações que forma, que se interpretam (se o verbo principal não tiver outros complementos) como afirmações de âmbito geral, cuja validade alcança um conjunto universal de indivíduos». Em suma, a atemporalidade expressa neste tipo de orações infinitivas implica uma dissociação da situação identificada pelo verbo de um espaço, um momento ou um agente concretos.

Até aqui vimos que alguns autores têm feito uma associação entre formas infinitivas impessoais, de um lado, e indeterminação (ou arbitrariedade) dos Sujeitos, atemporalidade e carácter sentencioso das predicções, do outro. No entanto, esta associação tem de ser matizada.

A propósito Miguel (2006) sugere a seguinte abordagem:

Em primeiro lugar, importa notar que o carácter sentencioso de frases como (54) não está apenas associado ao uso do infinitivo. Aliás, ele resulta primariamente do uso do Presente do Indicativo com valor genérico na frase matriz – *mata, é (como), é (duro)*. É, todavia, interessante observar que, se alterarmos essa forma verbal de modo a ter uma predicção não genérica, ou o uso do infinitivo (encaixado) se torna muito marginal – como em (55a) – ou passa a prevalecer a interpretação de Sujeito subentendido (e não a de Sujeito de referência arbitrária) – como em (55b-c):

- (55) a) ??[] *Fumar* matou⁷.
b) [] *Escriver* um livro foi como [] *gerar* um filho.
[Sujeitos subentendidos]
c) Foi duro [] *viver* longe da família.
[Sujeito subentendido]

Em segundo lugar, há que referir que podemos ter frases com infinitivo impessoal e Sujeitos de referência arbitrária, mesmo quando há restrições temporais ou espaciais, como nos exemplos seguintes, que têm um valor genérico, mas não um carácter sentencioso atemporal, já que envolvem um tempo ou um espaço concretos:

- (56) a) Na Época Medieval, [] *discordar* dos ensinamentos da Igreja era um crime.

⁷ Mas veja-se o seguinte exemplo, que parece menos marginal: *?fumar já matou muita gente*.

b) Em certos países, é crime [] *cometer* adultério.

Em terceiro lugar, há que notar que existem frases com infinitivo impessoal e Sujeito indeterminado que apresentam valores episódicos (ou seja, nem têm carácter genérico nem carácter sentencioso atemporal). Tal acontece, por exemplo, em orações infinitivas encaixadas, que implicam uma dependência do tempo da frase matriz, como nos seguintes exemplos:

(57) a) O Governo mandou [] *encerrar* todas as casas nocturnas.

b) A Ana não ouviu [] *bater* à porta.

Nestes casos, continua a fazer sentido falar em Sujeito indeterminado, já que as predicções não envolvem Agentes claramente identificados, mas não parece adequado falar-se de Sujeitos de referência arbitrária. Repare-se, por exemplo, que não está aqui envolvido um valor parafraseável por *quem quer que seja*, ou expressão afim, como nos exemplos de (54). Estamos pois perante **Sujeitos indeterminados não-arbitrários** comparáveis aos que temos em frases episódicas como nos exemplos que se seguem:

(58) a) *Dançou-se* toda a noite

b) *Batem* à porta.

Em suma, a estratégia de indeterminação de Sujeitos que envolve frases infinitivas pode ser semanticamente muito semelhante, como acontece nos exemplos de (57), às outras estratégias já analisadas até aqui (*se* impessoal ou terceira pessoa do plural).

Da observação de alguns exemplos apresentados até aqui, podemos concluir que o infinitivo não flexionado pode aparecer associado a Sujeitos indeterminados em vários contextos sintácticos e que esses diferentes contextos podem condicionar de modos distintos a interpretação semântica.

2.4. Construções com a primeira pessoa do singular

Miguel (2006) destaca três situações que envolvem as construções com a primeira pessoa do singular:

- Em primeiro lugar, estas construções apresentam um Sujeito gramatical, que pode ocorrer sob a forma de um elemento nulo – como em (59a) abaixo – ou sob a forma de um pronome realizado lexicalmente – como em (59b). No entanto, parecem ser mais comuns as frases com sujeito nulo, sobretudo em enunciados aforísticos (embora a explicitação do pronome sujeito não retire o carácter impessoal da frase).

- (59) a) *Como e acabo* tudo, porque a morte surpreende; *como e reservo* um pouco, porque a fome é madrugadora. (provérbio quimbundo)
- b) Na vida, se eu *sou* um incómodo para os outros, então eu *devo* procurar mudar para o bem.

- Em segundo lugar, estas construções podem apresentar-se quer como construções activas – como nos exemplos acima, ou em (60a) e parte de (60b) – quer como construções passivas – como na primeira frase do segundo período de (60b). Os predicadores usados podem ser de natureza sintáctico-semântica diversa, mas ocorrendo sempre com Sujeitos caracterizados pelo traço [+ HUMANO]:

- (60) a) Quando *aspiro* por um mundo melhor, *devo* participar activamente nesta tarefa, em vez de esperar pelos outros, ou *me* acobardar em ideais utópicos.
- b) Cada um faz o que quer. Se *sou conduzido* para maus caminhos, toda a responsabilidade é minha: *tenho* toda a culpa e *devo* assumir os meus erros e não culpar os outros.

- Em terceiro lugar, e este é o aspecto mais saliente, as construções com o verbo na primeira pessoa do singular veiculam uma interpretação genérica, tipicamente sentenciosa, associada a enunciados de carácter aforístico. Tais propriedades são salientadas na comparação com frases equivalentes em que a indeterminação do Sujeito está associada a expressões nominais intrinsecamente vagas (*e.g.*, *uma pessoa*):

- (61) a) Na vida, se *sou* um incómodo para os outros, então *devo* procurar mudar para o bem.
b) Na vida, se uma pessoa *é* um incómodo para os outros, então *deve* procurar mudar para o bem.

Neves (2000), por outro lado, reconhece a existência de frases com a primeira pessoa do singular em que não está presente um carácter aforístico, mas tão-só um valor de “referência genérica”. Segundo a autora: “Também a forma pronominal **EU** – que, em princípio, é altamente determinada (...) – ocorre em referência genérica. Assim, (...) pode-se pensar num enunciado em que o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer (...) e construa um enunciado de atribuição genérica colocando-se como sujeito do enunciado (...)”.

- (62) “*EU* vou lá, fico dois dias fazendo curso, eles *ME* catequizam, *ME* fazem comprar uma tonelada de sabão e abrir o meu negócio.” (*ibid.*)

Trata-se, aparentemente, de um subtipo muito especial de enunciados – de valor estilístico próprio – em que *eu* apresenta um valor comparável ao de um sintagma nominal indefinido genérico como *uma pessoa (qualquer)*.

Assim, em termos semântico-pragmáticos, há que reconhecer que as construções com a primeira pessoa do singular ocorrem num subtipo muito restrito de enunciados: tipicamente provérbios, normas morais ou quaisquer outras asserções de alcance universal, e ainda, eventualmente, predicções genéricas do tipo das descritas em Neves (op. cit.). Com efeito, se as proposições descritas não forem associadas a algum tipo de valor universal, prevalece sempre,

quer com sujeito nulo, quer com sujeito realizado, a interpretação de sujeito não indeterminado (associada à pessoa do enunciador):

- (63) a) *Quero* ser um homem notável e *lutarei* para tal, sem vacilar.
b) Se *eu ganhar* um prémio grande do Euromilhões, *deixarei* de trabalhar.

A distribuição altamente restrita da primeira pessoa do singular com valor de indeterminação contrasta fortemente com a distribuição da primeira pessoa do plural, que mais facilmente se associa a construções de valor genérico e Sujeito indeterminado. Observem-se, por exemplo, as duas frases abaixo:

- (64) a) Às vezes, *sinto-me* angustiado e não *sei* porquê.
b) Às vezes, *sentimo-nos* angustiadados e não *sabemos* porquê.

Como se verifica, a primeira frase não tem uma interpretação de carácter genérico associada à indeterminação do Sujeito, antes refere uma proposição que envolve (especificamente) o enunciador da frase. Já a segunda frase, com a primeira pessoa do plural, proporciona mais facilmente uma leitura em que o sujeito da predicação envolve vários indivíduos não identificados, e um valor geral de indeterminação argumental. Como veremos, esta assimetria singular/plural não ocorre nas estruturas que envolvem verbos na segunda pessoa (cf. secção (2.6)).

Em síntese, as construções com Sujeito indeterminado analisadas nesta secção constituem tipicamente enunciados aforísticos, com um significado de âmbito geral ou universal, colocando-se a par de outras construções com o verbo na primeira pessoa do plural ou na segunda pessoa do singular, com as quais possuem diversas afinidades (como veremos melhor adiante). A indeterminação em causa decorre essencialmente de aspectos semânticos e pragmáticos, que se traduzem no reconhecimento pelos falantes do carácter genérico ou aforístico das asserções em causa.

2.5. Construções com o verbo na primeira pessoa do plural ou com a forma pronominal *a gente* (e verbo na terceira pessoa do singular)

Nesta subsecção, serão analisadas as construções de Sujeito indeterminado com o verbo na primeira pessoa do plural. Simultaneamente, serão analisadas as construções com a forma pronominal *a gente*⁸ (e verbo na terceira pessoa do singular), já que estas podem ser consideradas, semântica e pragmaticamente, variantes mais informais das anteriores. Vejamos alguns exemplos:

- (65) a) “*Conhecemo-nos* pelas caras, não *nos conhecemos* pelos corações.” (Óscar Ribas 1961: 137).
b) Quando *a gente* não pode com o inimigo, *a gente* junta-se a ele⁹.

Os sujeitos destas duas frases, apesar de ocorrerem sob a forma de um pronome nulo com marcas de primeira pessoa do plural ou sob a forma da locução pronominal *a gente*, respectivamente, remetem para grupos de entidades semanticamente não especificadas. Concomitantemente, as frases traduzem situações de âmbito geral, universal.

Note-se que Miguel (2006) sugere que as construções com o verbo na primeira pessoa do plural podem apresentar, ao contrário das construções com *a gente*, sujeitos sob a forma de um elemento nulo e sob a forma de um pronome realizado foneticamente, como nos exemplos que a seguir se apresentam:

- (66) a) [] *Podemos* mentir sempre, mas um dia a verdade revela-se.
b) “O que dói, *nós* é que o *procuramos*.”

⁸ A classificação gramatical dessa expressão varia bastante de autor para autor: (i) “pronome indefinido” (Said Ali 1971: 116); (ii) “pronome pessoal” (Neves 2000: 469; Lopes 1999: 9); (iii) “forma de tratamento” (Bechara 2001: 166; Almeida, 1999: 174); e (iv) “fórmula de representação da primeira pessoa”, no âmbito das formas de tratamento (Cunha e Cintra 1985: 214).

⁹ Cf. frase semelhante do PB em Azambuja (1996: 37): “Quando *a gente* não pode com o inimigo se junta a ele.”

Lopes (1993) considera que a forma plural *nós* permite leituras interpretativas diversas que vão desde uma determinação precisa, como *eu + você* ou *eu + ele*, até um grau máximo de indeterminação e generalidade: *eu + todo mundo* ou *eu + qualquer um*. Esclarece que ‘*nós*’ não é plural de ‘eu’, porque a noção de ‘*nós*’ não é ‘eu + eu’. ‘*nós*’ engloba várias possibilidades de agrupamentos (*eu+tu/você*, *eu+ele/ela*, *eu+vós/vocês*, *eu+eles*, *eu+todos*), menos a de ‘eu+eu’ (cf. Lopes, op. cit.).

Sobre a forma pronominal *a gente*, de um lado, a autora cita Said Ali e Chaves de Melo, defendendo a ideia de pronome indefinido; do outro lado, Cunha e Cintra, Bechara e Almeida defendendo-o como pronome de tratamento. A autora opta por identificar esse item com o que Benveniste (1988) afirma acerca da não-pessoa, que é a 3ª pessoa; o termo *a gente* pode incluir ele mesmo, o ouvinte e a não-pessoa.

Em termos comparativos, os diversos estudos sincrónicos de Omena (1986), Monteiro (1991), Lopes (1993), entre outros, já demonstraram que há uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (não-eu), ou a não-pessoa: referente [+perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*

Nas construções com *a gente*, que podemos considerar semanticamente como de Sujeito indeterminado, esta forma pronominal ocorre como sujeito gramatical e não refere um grupo de indivíduos concretos (em que se insere o enunciador), mas antes representa entidades não especificadas, em enunciados de âmbito geral ou universal.

- (67) a) Hoje, *a gente* vive num mundo cada vez mais violento, onde o medo toma conta das pessoas.
- b) Às vezes, *a gente* perde-se em coisas fúteis e quando olha para trás, o tempo já passou e *a gente* não fez nada de útil.

Segundo Bueno (1958:209), o uso de *a gente*, tal como em (68), pode expressar indeterminação do sujeito sempre que tivermos um sujeito expreso, claro, “sem que possamos dizer exactamente quem seja essa pessoa”.

(68) *A gente* vive como pode.

Na forma pronominal *a gente*, há uma discrepância acentuada entre os traços morfológicos e o valor semântico. Assim, esta forma pode apresentar traços formais de feminino, de singular e de terceira pessoa (este último verificável através da concordância canónica com o verbo). Quanto ao género feminino, trata-se de um traço meramente formal, já que, como se sabe, *a gente* não representa necessariamente entidades do sexo feminino, podendo referir-se indistintamente a pessoas de qualquer sexo, como acontece nos enunciados genéricos:

- (69) a) Nesta vida, *a gente* só sabe o dia de hoje, o de amanhã, só Deus sabe.
b) Às vezes, *a gente* perde, a esperança de viver. Mas quando isso acontece, *a gente* precisa de recomeçar.

Além disso, em enunciados particulares, a expressão pode abranger indistintamente, dependendo do contexto, um grupo de mulheres, um grupo de homens ou um grupo de pessoas de ambos os sexos, como nas seguintes frases:

- (70) a) *A gente* tem de se organizar melhor.
b) *A gente* vai de férias amanhã.

Estas construções, bem como a que analisaremos no capítulo subsequente, são utilizadas com mais frequência na variante brasileira. Vejamos um exemplo do português brasileiro que se segue.

- (71) Então a única preocupação que um brasileiro normal, assim...um padrão de vida razoável tem, é com a estética. Não engordar demais. Mas se *a gente* está comendo as proteínas certas ou não, *a gente* não sabe.

O carácter genérico e globalizante que *nós* e *a gente* podem assumir, referindo-se, muitas vezes, a um grupo de pessoas indeterminado, tem estimulado outros pesquisadores a analisar de que forma os pronomes pessoais estão sendo empregados pelos usuários da língua como um recurso para indeterminar o sujeito (cf. Rollemberg *et al.* (1991) e Cunha (1993)).

Rollemberg *et al.* (1991), com base em dados de falantes cultos de Salvador, examina esse aspecto relacionando-o com as variáveis 'categoria de texto' e 'faixa etária do informante'. Constata a autora que *você* é o recurso mais utilizado, seguido respectivamente por *nós*, *a gente* e *eles*. Nas situações formais há preferência pela forma *nós*, contrariamente ao que se observa nos textos informais em que o falante prefere *a gente*. Quanto à faixa etária, conclui que *você* e *a gente* são empregados como recursos de indeterminação do sujeito entre os falantes mais jovens, estando *nós* e *eles* na preferência dos idosos.

Percebe-se a existência de uma estreita relação entre o uso de *nós* e *a gente*, com valor ampliado - sem a identificação nítida dos referentes no discurso - e o emprego dessas formas como recursos de indeterminação. Cunha (1993) alerta para este fato:

"Parece-nos que pronomes de primeira e de segunda pessoa tornam-se indeterminados na medida em que assumem a capacidade de englobar a "não-pessoa", o que pode acontecer inclusive com eu."

Cunha (1993:13)

Nota-se ainda que esse valor genérico, difuso e indeterminado das formas *nós* e *a gente* e *você* reflecte-se na própria desinência verbal, como apontaram Benveniste (1988) e Monteiro (1991). O fato de *a gente* e *você*, por exemplo, abarcarem a "não-pessoa" está expresso na forma verbal a eles associada. Com tais pronomes o verbo fica na 3ª pessoa do singular, que se

caracteriza pela marca zero ou falta de desinência e é considerado como forma impessoal. A impessoalidade verbal se coaduna com a noção de amplitude em que as formas pronominais são empregadas. Numa escala que vai do [-determinado] para o [+determinado] *você* e *a gente*, como observam Rollemberg e Cunha, são mais frequentemente utilizadas do que a forma *nós*, que, em contrapartida, apresenta desinência verbal, ausente naquelas.

Em suma, as construções com o verbo na primeira pessoa do plural ou com a forma pronominal *a gente* ocorrem com predicados de natureza sintático-semântica diversa, mas sempre associados a sujeitos com traço [+HUMANO], facto que decorre, naturalmente, de tanto o pronome *nós* como a forma *a gente* implicarem pelo menos algum indivíduo humano.

2.6. Construções com o verbo na segunda pessoa do singular ou com a forma pronominal *você* (e verbo na terceira pessoa do singular)

Nesta subsecção, procuraremos dar a conhecer alguns casos de construções com o verbo na segunda pessoa do singular ou a forma pronominal *você* (e verbos na terceira pessoa do singular) em que ocorrem o sujeito indeterminado. Em primeiro lugar, importa salientar que essas construções com *você* e *a gente* (este último analisada no capítulo precedente), como já foi dito acima, são utilizadas com maior frequência no português do Brasil. Duarte (1995) diz que ao contrário das descrições tradicionais que apresentam formas nulas com a terceira pessoa do plural ou estruturas com *se* para a indeterminação do sujeito, o PB, seja na variedade culta seja na popular, prefere formas nominativas, particularmente *você* e *a gente*.

- (72) a) Quando *você* é menor, *você* não dá muito valor. Você acha que criança é só pra encher o saco, né? [...] Na fase que *você* tá na adolescência, *você* tá na praia, vem criança, te joga areia, *você* não vai entender que, pô, isso é da criança. (NURC-RJ, Faixa 1)

- b) *A gente* tem que seguir o que *a gente* sabe e da forma que *a gente* foi criado.
(PEUL-RJ, Faixa 2)

A análise de Duarte (op. cit.) aponta o quase desaparecimento do pronome *nós* e do clítico *se*, com pequena resistência na fala dos indivíduos cultos mais velhos. Nas faixas intermediárias e mais jovens, essas formas estão ausentes, sendo substituídas principalmente por *você*. A título de curiosidade, conforme nos mostra o estudo de Duarte (1995) o uso de *você* é muito mais frequente na fala do grupo mais jovem (entre 25 e 35 anos). A inserção de *você* é preferencial, embora não exclusiva, em contextos não regidos de preposição, tal como o uso de *a gente*, um fato que já o distingue do uso de *se*. Ocorrem com maior frequência em subordinadas subjectivas pospostas (completivas de predicadores verbais, nominais e adjectivos), como em (73), Subjectivas antepostas (completivas de predicadores verbais e nominais), como em (74), e objectivas directas, ilustradas em (75):

- (73) a) Por isso que eu digo, não adianta [*você* fazer o pré-vestibular] se *você* não tiver uma base. (PB oral)
b) Realmente dá uma certa revolta [*você* ter que ter passado por uma situação dessas]. (PB oral)
c) É triste, né, [*você* ter que expulsar um aluno de sala]. (PB oral)
d) Eu acho que sensual é [*você* colocar uma coisa provocante, uma roupa que insinua], né? (PB oral)
- (74) a) [*você* ter qualquer profissão da área tecnológica] te paga melhor que o magistério. (PB oral)
b) [*você* chegar depois de dez horas] era um, um medo só, né? (PB oral)
- (75) Pó, imagina [*você* brigar] e ter que dormir junto com a pessoa, olhando pra cara da pessoa, aí acordar no dia seguinte, um não ‘tá a fim de falar com o outro e, ‘tá na mesma casa, sabe, tomando café juntos, não sei, mas eu acho que é uma coisa nova. (PB oral)

Segundo Miguel (2006), podemos encontrar: (i) construções com o verbo na segunda pessoa do singular (e sujeito nulo ou expreso), como em (76a-b), (ii) construções com o verbo na terceira pessoa do singular e a forma pronominal *você*, como em (76c) e (iii) construções com terceira pessoa do singular e sujeito nulo, como em (76d):

- (76) a) *Ama e serás feliz.*
b) Jogar na lotaria é complicado. *Tu pensas* sempre que *te* vai sair um bom prémio e nunca *te* sai nada.
c) É nos momentos difíceis que *você* descobre quem são os verdadeiros amigos.
d) Não *deixe* para amanhã o que (*você*) *pode* fazer hoje.

Miguel (op. cit.) considera que os enunciados destas frases não remetem para nenhum interlocutor específico a quem o enunciador se dirija directamente, mas sim para qualquer indivíduo indiscriminadamente, envolvendo, pois, uma interpretação de carácter universal. Por exemplo, se a frase (76a) for enunciada com carácter sentencioso, a exortação expressa pelo verbo no Imperativo – *ama* – da qual decorre a situação expressa por *serás (feliz)*, não se dirige a um indivíduo concreto; constitui sim uma exortação de dimensão universal, aplicável a todas as pessoas ou à humanidade em geral.

Quanto à frase (76b), traduz um estado de espírito geral, que o enunciador apresenta como abrangendo todo e qualquer jogador de lotaria. Por fim, em (76c), a situação referida aplica-se a todas as pessoas susceptíveis de viverem a realidade descrita (imaginemo-la, por exemplo, como parte integrante de um texto publicitário).

De acordo com Mateus *et. al* (2003: 283), o “Sujeito com interpretação arbitrária, denominado indeterminado na tradição gramatical luso-brasileira” pode ser expreso pela segunda pessoa do singular de um verbo em frases com interpretação genérica, como em (77). Convém ainda referir que as construções com primeiras e segundas pessoas, e com algumas

formas nominais impessoais também são tratadas em Duarte *et al.* (1999), como “meios de referência arbitrária”, e em Neves (2000), como “meios de referência genérica”.

(77) *Ajudas* sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te.

Em relação às estruturas com *você* (e bem assim com a forma plural *vocês*), Miguel (op. cit.) considera que, apesar de possuírem o verbo flexionado na terceira pessoa gramatical, elas constituem, por norma, uma forma de interacção directa com os interlocutores, isto é, *você (s)* corresponde semanticamente a uma segunda pessoa gramatical (*tu* ou *vós*), facto que explica o agrupamento dessas estruturas nesta secção.

Semanticamente, um dos aspectos mais relevantes a salientar é que as construções em causa ocorrem essencialmente em enunciados de carácter genérico ou universal, por vezes de tipo sentencioso (e não em predicções episódicas). Este aspecto aproxima-as das construções de Sujeito indeterminado com a primeira pessoa gramatical que observámos nas duas secções anteriores. Vejamos mais alguns exemplos, em que se evidencia este valor predicativo:

- (78) a) A boda e a baptizado não *vás* sem *seres* convidado.
b) Se *você quer* chegar à velhice, *tem* de se alimentar bem.

Em termos pragmáticos, as construções em análise nesta secção ocorrem preferencialmente nalguns tipos de textos ou de contextos discursivos. Desde logo, como já foi salientado, em textos com valor sentencioso – aforismos, provérbios, normas morais de alcance universal:

- (79) a) Não *deixes* para amanhã aquilo que *podes* fazer hoje.
b) “*Chega-te* aos bons, *serás* um deles; *chega-te* aos maus, *serás* pior do que eles.”
c) Diz-me com quem *andas*, *dir-te-ei* quem *és*.

Além disso, ocorrem também com frequência em estruturas imperativas, ou de algum modo associadas a actos de fala directivos (ordens, pedidos, conselhos, sugestões, orientações, etc.):

- (80) a) Antes que *cases* vê o que *fazes*.
b) Não *te esqueças* de comprar o leite!

Ainda em termos pragmáticos, é de destacar a ocorrência frequente das construções em análise nesta secção no discurso publicitário. Veja-se os seguintes exemplos:

- (81) a) T+ porque *você* merece mais.
b) Se *estás* a pensar em adquirir o teu mitsubishi este é o momento.

Em síntese, formalmente, as construções com o verbo na segunda ou terceira pessoa do singular que estamos a analisar podem ser activas ou passivas e podem apresentar predicados de natureza sintáctico-semântica diversa, mas também, à semelhança de outros que já analisámos, sempre com Sujeitos marcados com o traço [+ HUMANO].

2.7. Construções com expressões lexicais nominais ou pronominais impessoais, como: (a pessoa, uma pessoa, as pessoas; os gajos, os tipos ou eles (em registos informais)).

Primeiramente, há que referir que esta é uma das construções de referência indeterminada que não é tratada nas gramáticas tradicionais. Tomaremos como suporte Miguel (2006), para desenvolver este tópico.

É muito frequente em português, recorrer-se a expressões nominais lexicais de conteúdo vago para marcar a indeterminação do Sujeito. As expressões em causa envolvem essencialmente formas hiperonímicas do grupo dos seres humanos, como *pessoa* ou as expressões coloquiais *gajo*, *tipo* ou *fulano*. Vejamos alguns exemplos, alguns dos quais constituem registos bastante informais:

- (82) a) *As pessoas* deviam ser mais sensíveis às dificuldades dos carenciados.
- b) Às vezes, *uma pessoa* não sabe o que fazer, quando está numa aflição.
- c) *Os gajos* andam sempre a prometer alcatroar esta rua, mas até agora ainda não se viu nada.
- d) É incrível: *os fulanos* esburacaram a rua toda e não preveniram ninguém!

Segundo Miguel (op. cit.), em termos formais, estas estruturas caracterizam-se pela presença de um Sujeito realizado lexicalmente através de um Sintagma Nominal e verbo flexionado na terceira pessoa. Por outro lado, o SN Sujeito envolve ou determinantes definidos ou determinantes indefinidos (estes últimos necessariamente singulares), associados a uma **predicação genérica**: no primeiro caso, podemos considerar que estamos perante uma predicação genérica por referência a espécie e, no segundo caso, uma predicação genérica por quantificação. (cf. Peres 2005, sobre esta diferença).

Semanticamente, destaca-se o valor indeterminado do Sujeito destas construções, que está associado ao sentido vago ou genérico dos elementos nominais usados. Assim, mais uma vez, estamos perante enunciados em que não se predica sobre indivíduos específicos, mas sobre uma classe em geral: a classe dos seres humanos. Repare-se, aliás, que, como noutros casos já vistos anteriormente, nestas construções só ocorrem verbos que seleccionam Sujeitos com o traço [+ HUMANO].

2.7.1. A pessoa, uma pessoa, as pessoas ou ainda algumas pessoas.

Móia (1992) considera que também importa destacar um subgrupo de construções em que parece evidente que o enunciador se coloca destacadamente na posição de uma das pessoas a quem a predicação se aplica. Vejamos alguns exemplos em que as construções envolvendo *pessoa*, nos remete para uma referência indeterminada.

- (83)
- a) Às vezes, *a pessoa* quer ajudar e não sabe o que há-de fazer.
 - b) Às vezes, *uma pessoa* não sabe o que fazer, quando está numa aflição.
 - c) *As pessoas* deviam ser mais sensíveis às dificuldades dos carenciados.
 - (d) *Algumas pessoas* amam o poder... outras, tem o poder de amar. (Bob Marley)

2.7.2. Os gajos, os tipos ou eles (em registos informais)

Outras predicações envolvem uma **quantificação (implicitamente) restrita**, isto é, envolvem uma restrição implícita do domínio da quantificação. Isto acontece especialmente com os SN's com formas coloquiais como *os gajos*, *os tipos* ou *os fulanos*, que referem geralmente um subgrupo – vagamente identificado – de pessoas (que não inclui nem o enunciador nem os seus interlocutores), que são responsáveis pela execução de uma dada acção ou tarefa. (Miguel (2006)).

- (84)
- a) *Os gajos* andam sempre a prometer alcatroar esta rua, mas até agora ainda não se viu nada. [referência vaga aos responsáveis políticos]
 - b) É incrível: *os fulanos* esburacaram a rua toda e não preveniram ninguém.
[referência vaga aos responsáveis políticos ou técnicos]

Segundo Miguel (op. cit.) a exclusão do enunciador e dos seus interlocutores, nestas construções, é patente na equivalência a enunciados de tipo coloquial com o pronome de terceira pessoa do plural *eles*:

- (85) a) *Eles* andam sempre a prometer alcatroar esta rua, mas até agora ainda não se viu nada.
- b) É incrível: *eles* esburacam a rua toda e não previnem ninguém?!

Esta subsecção encerra, portanto, o segundo capítulo, referente ao tratamento das diferentes estratégias de indeterminação do Sujeito. No capítulo subsequente, teceremos as principais conclusões chegadas na realização deste trabalho.

Capítulo 3

Considerações Finais

Neste trabalho, fizemos essencialmente uma análise sintáctico-semântica do fenómeno da indeterminação associado ao argumento Sujeito. De acordo com os objectivos inicialmente definidos, caracterizámos as diferentes estratégias de indeterminação deste constituinte, materializadas num conjunto diversificado de construções que podemos classificar genericamente de construções de indeterminação.

São vários os casos em que, em português, indetermina-se o sujeito: quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositadamente. Ignora-se não só a identidade, mas também o número de agentes (cf. (86a)) Sacconi (1999: 334); quando não é possível determinar que elemento da oração funciona como sujeito, (cf. (86b)) Paschoalin & Spadoto (1996: 167); quando embora existindo, não se pode determinar: ocorre com verbo na 3ª pessoa do plural, (cf. (86c)) e com verbo intransitivo, transitivo indirecto ou de ligação seguidos do pronome se (cf. (86d)), Faraco & Moura (1998: 37), e muitos outros que foram apresentados ao longo deste trabalho. Pareceu-nos necessário um trabalho sobre estas construções, de forma a minimizar as dificuldades que os alunos apresentam na sua compreensão.

- (86) a) *Roubaram* minha carteira.
b) *Pegaram* meu lápis, professor.
c) *Ficaram* estupefactos com a notícia da morte do encantador.
d) *Vive-se* mal aqui.

Uma das principais conclusões a que esta análise conjunta permitiu chegar foi que, embora as diferentes construções de indeterminação partilhem características semânticas centrais (envolvendo a não identificação precisa de entidades), distinguem-se entre si por um conjunto de propriedades linguísticas de vários domínios gramaticais – sintácticos, semânticos e pragmáticos, que condicionam decisivamente as escolhas do enunciador. Entre estas, destaca-se, sem dúvida, o que temos vindo a referir como ‘o grau de envolvimento dos intervenientes no discurso (enunciador e interlocutores). Nalgumas construções, o enunciador quer acentuar o seu distanciamento, apresentando as propriedades expressas pelo predicado relevante como não se aplicando a ele (ou aos seus interlocutores): a construção com o verbo na terceira pessoa do plural é típica desta estratégia (cf. (87a)); noutras construções, pretende-se o inverso: as construções com primeiras ou segundas pessoas marcam claramente esta situação (cf. (87b)); noutras ainda, como as passivas, as activas infinitivas ou as construções com *se* impessoal, há um valor mais neutro em relação a este tópico (cf. (87c)).

(87) a) *Estragaram* a paisagem.

b) *Tu vais* a essa repartição e *és* mal atendido.

c) *Encontraram-se* tesouros fabulosos nesta estação arqueológica.

Relativamente às construções com o clítico *se* impessoal, são usadas exclusivamente para assinalar a presença de um Sujeito indeterminado (que muitos autores identificam com o próprio clítico). Neste tipo de construções, o clítico *se* pode combinar-se com formas verbais da terceira pessoa do singular de qualquer tipo de verbo que possua um argumento externo realizável na posição de Sujeito (exceptuam-se, portanto, os chamados verbos impessoais), apesar de se verificarem algumas restrições, de ordem sintáctica (por exemplo, incompatibilidade com outros clíticos, intrínsecos, reflexos ou recíprocos) ou semântica (por exemplo, dificuldade em associar a indeterminação com *se* a expressões com o traço [– HUMANO]). No plano semântico e pragmático, as construções com *se* impessoal ocorrem quer em enunciados com valor episódico quer em enunciados com valor genérico, quando se desconhece ou não interessa revelar a

identidade dos indivíduos sobre que se predica (entre os quais se pode contar o enunciador e os interlocutores), em enunciados que traduzem diferentes modalidades discursivas.

Ainda com o clítico *se*, chegamos a conclusão de que suscita alguma discrepância na sua análise, isto é, não há uma opinião consensual entre os linguistas. Retomemos os exemplos analisados no capítulo 2, secção 2.1.:

(88) a) Não *se desabotoa* as calças em público.

b) Não *se desabotoam* as calças em público.

Como vimos Peres e Mória (1995), a partir de frases como «*Vende-se casas*» e «*Vendem-se casas*» consideram ambas as construções aceitáveis, embora se possa preferir uma ou outra por razões estilísticas. Esta é a posição prevalecente hoje para construções deste tipo: considera-se que as duas construções estão correctas, sendo o valor do clítico *se* diferente em cada uma delas. Na frase (88a), o clítico *se* tem valor impessoal; na frase (88b), o *se* tem valor apassivante. O *se* impessoal indica indeterminação do sujeito, e o verbo que o acompanha é sempre singular, não tendo de concordar com nenhum outro elemento da frase; ao passo que o verbo que acompanha o *se* apassivante concorda em número com o seu argumento interno (neste caso, as calças).

No entanto, alguns gramáticos mais puristas consideram que o clítico *se* impessoal não podia ser usado com verbos transitivos. Segundo Almeida (1999), em construções deste tipo, com verbo transitivo, o verbo deve concordar com o constituinte que está na posição de complemento (à direita do verbo), uma vez que nestes casos o clítico *se* expressa passividade. Segundo esta perspectiva, a frase em questão deveria ser «*não se desabotoam as calças em público*».

No que concerne às construções de Sujeito indeterminado com o verbo na terceira pessoa do plural, caracterizam-se formalmente por possuírem um Sujeito estritamente nulo, isto é, sem realização fonética, por o traço de pluralidade do verbo ser puramente formal, já que o Sujeito não envolve necessariamente mais de uma entidade, e por ocorrerem com todos os grandes tipos sintáticos de verbos, com excepção dos impessoais. Em termos semânticos, estas construções também podem proporcionar leituras episódicas ou genéricas e também exprimem essencialmente atitudes ou actividades humanas. Distinguem-se crucialmente, no plano semântico-pragmático, por traduzirem um distanciamento do enunciador e do interlocutor – formalmente associável ao uso da terceira pessoa – relativamente ao conteúdo proposicional da frase; por outras palavras, o predicado exprime propriedades que o enunciador não assume para si ou para os seus interlocutores, imputando-as a terceiros não especificados. Esta propriedade torna-as extremamente úteis em diversas situações comunicativas, por exemplo, em certas estratégias do discurso político.

No que tange às construções (activas) infinitivas com Sujeito indeterminado são caracterizadas, formalmente, pela presença da forma não flexionada do verbo, geralmente em contextos de subordinação. Em alguns casos, o infinitivo não flexionado é a única marca da indeterminação do Sujeito e é incompatível com o clítico se impessoal; noutros, porém, parece admitir-se a presença deste clítico, o que se traduz em estruturas de ‘marcação dupla da indeterminação’ (cf. (89a)), por vezes condenadas por gramáticos mais conservadores. As construções activas em análise podem ocorrer em enunciados com valor episódico e com valor genérico: o primeiro tipo de valor emerge apenas com certos predicados na estrutura matriz. Por exemplo:

- (89) a) Vale a pena *lutar-se* pelos ideais nobres.
b) O Governo *mandou encerrar* todas as casas nocturnas.
b) A Ana não *ouviu bater* à porta.

O segundo tipo de valor parece ser o mais comum e característico, estando associado a um grau máximo de indeterminação: a pura arbitrariedade (dentro das restrições de selecção semântica do predicado relevante). Assim, esta estratégia é especialmente útil quando o locutor quer referir indivíduos indiferenciados ('Sujeito arbitrário'). Em termos pragmáticos, as estruturas com este último tipo de valor ocorrem frequentemente associadas a frases de carácter sentencioso, que podemos encontrar em diferentes tipos de enunciados: aforísticos, proverbiais, jornalísticos, informativo-utilitários, de discurso político, etc.

E no que diz respeito às construções de Sujeito indeterminado com primeiras e segundas pessoas verbais (e formas afins) identificam-se principalmente pelo carácter impessoal manifestado pelos pronomes pessoais que funcionam como Sujeito da frase (embora estes pronomes possam estar subentendidos) – o eu, o tu e o nós indeterminado, não específico, genérico. Semanticamente, ocorrem associadas a argumentos com traço [+ HUMANO] e principalmente em frases com valor genérico. Aliás, estas construções são típicas em enunciados aforísticos ou gnómicos, de âmbito universal, comparáveis, por vezes, aos que ocorrem com infinitivos impessoais. Trata-se de uma impessoalidade reconhecível mais por elementos semânticos ou pragmáticos (e.g. reconhecimento do carácter aforístico das asserções por conhecimento do mundo) do que por factores formais.

Finalmente a indeterminação semântica do Sujeito em português também é frequentemente marcada mediante construções com expressões nominais lexicais, de entre as quais se destacam as que envolvem entidades humanas: as pessoas, uma pessoa, um gajo, etc. O Sujeito destas construções é, formalmente, um sintagma nominal realizado lexicalmente (com um núcleo lexical de referência vaga e um determinante definido ou indefinido), acompanhado por uma forma verbal da terceira pessoa. O valor indeterminado do Sujeito nestas construções está directamente associado ao sentido vago – ou hiperonímico – dos núcleos dos Sujeitos, que implica que a predicação seja feita não sobre indivíduos específicos, mas sobre os seres humanos em geral. Estas construções exibem menos restrições formais que outras; por exemplo, têm menos restrições que as construções com o clítico impessoal, podendo ser escolhidas em

detrimento delas no caso de, por exemplo, já existirem na frase outros clíticos, intrínsecos, reflexos, ou recíprocos, como no exemplo que se segue:

(90) Neste país, as pessoas queixam-se muito.

Pragmaticamente, há algumas distinções a assinalar: por exemplo, as construções com (um) a pessoa ou as pessoas ocorrem em generalizações e enunciados de carácter sentencioso, enquanto as construções com os gajos (e formas afins) ocorrem tipicamente na linguagem coloquial, frequentemente associadas a um carácter pejorativo.

De uma forma geral, pode concluir-se que, praticamente, todas as construções em análise expressam normalmente atitudes ou actividades humanas, isto é, formalmente, o Sujeito indeterminado destas construções estão sistematicamente associado ao traço [+ HUMANO]).

Estamos cientes de que não abordámos tudo sobre a indeterminação do sujeito, também não era a nossa pretensão, até porque ultrapassaria a dimensão do presente trabalho, de maneira que há muito por se explorar sobre esta temática. Centralizámos nas diferentes construções do sujeito indeterminado, mas há também construções com agente da passiva indeterminado onde se pode falar de construções passivas participiais, passivas de clítico e passivas infinitivas. É um ponto que pode ser explorado e quiçá fazer uma análise comparativa entre estas duas estratégias, a indeterminação do sujeito e do agente da passiva.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de: 1999, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 44.^a edição, São Paulo: Editora Saraiva.

BAGNO, Marcos: 2000, *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola.

BECHARA, Evanildo: 2001, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37^a edição, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BELLETTI, A.: 1981, “*Passive and Pro-drop: the Impersonal Construction in Italian*”, M.I.T., versão policopiada revista.

BENVENISTE, Emile: 1988, *Problemas de linguística geral 1*. Campinas, SP, Pontes: Editora da UNICAMP.

BITTENCOURT, Regina Lúcia C. L.: 2006, *No Rastro do Apagamento: Pronomes Clíticos Nas Funções Recíproca, Reflexiva, Apassivadora e Indeterminadora*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

BUENO, Francisco da Silveira: 1958, *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley: 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

CUNHA, Cláudia de Souza: 1993, *Indeterminação pronominal do sujeito*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DUARTE, Inês *et al.*: 1999, “*Áreas de Variação e Tendências de Mudança no Português de Moçambique*”, in *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística de Aveiro, 1998*, I Volume, Braga: Associação Portuguesa de Linguística, pp. 478 – 493.

DUARTE, Maria Eugênia L: 1995, *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL/ Unicamp.

FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto de: 1998, *Língua e literatura*. 21^a ed. São Paulo: Ática.

FARIA, Isabel Hub et al.: 1996, *Introdução à Linguagem Geral e Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

LOPES, Ana Cristina Macário e Pedro Santos: 1993, “*A Condicionabilidade das Frases Genéricas*”, *Cadernos de Semântica* **17**, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, Mônica Aparecida Lima: 2006, *A Análise do Sujeito Indeterminado, o Problema de Critérios Semânticos na Descrição de Funções Sintáticas*. UERJ.

LUFT, Celso Pedro: 1996, *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo.

MATEUS, Maria Helena Mira et al.: 1983, *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

MATOS, Gabriela e DUARTE, Inês: 1985, “*Se Impessoal: Caracterização Sintáctica*”, *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 335-352.

MIGUEL, Afonso João: 2006, *Sobre a Referência Indeterminada de Sujeito e Agente da Passiva em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado em Linguística.

MÓIA, Telmo: 1992, *A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português*, dissertação de mestrado, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MONTEIRO, J. L.: 1991, *Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil*. Teses de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MONTEIRO, J. L.: 1994, *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.

NEVES, Maria Helena de Moura: 2000, *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

NUNES, Jairo: 1991, *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*. Cad. Est. Ling., Campinas, (20):33-58.

OMENA, Nelize Pires de: 1986, *A referência variável da 1ª pessoa do discurso no plural*. In: Relatório apresentado à FINEP.

PASCHOALIN, Maria Aparecida & SPADOTO, Neuza Terezinha: 1996, *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD.

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo: 1995, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. 2ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho.

PERES, João Andrade: 2005, *Semântica Nominal*. Coimbra: Livraria Almedina.

PINTO, José M. de Castro: 1998, *Gramática de Português*. Lisboa. Plátano Editora.

RAPOSO, Eduardo Paiva: 1992, *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho.

ROLLEMBERG, Vera *et. al.*: 1991, *Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n.11, p. 53-74.

SAID ALI, Manuel: 1971, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 7.ª edição.

SACCONI, Luiz Antônio: 1999, *Nossa Gramática: Teoria e Prática*. 25ª ed. São Paulo.

SORIANO, Olga Fernández y BAYLÍN, Suzana Táboas: 1999, “*Construcciones Impersonales no Reflejas*”, in Bosque e Barreto (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid: Editorial Espasa Calpe.

TERRA, Ernani e NICOLA, José: 1997, *Gramática, literatura e redação para o 2º Grau*.
São Paulo, Scipione.